

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE BELAS ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

JÉSSICA SAYURI YAMAMURA

**ENTRE A CIDADE PLANEJADA E VIVIDA: ESTUDOS SOBRE A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO EM CURITIBA/PR**

**CURITIBA
2020**

JÉSSICA SAYURI YAMAMURA

**ENTRE A CIDADE PLANEJADA E VIVIDA: ESTUDOS SOBRE A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO EM CURITIBA/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, da escola de Belas Artes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão Urbana.

Linha de pesquisa: Planejamento e Projeto Urbano e Regional

Orientador: Prof. Dr. Clovis Ultramari

Coorientador: Prof. Dr. Andrei Mikhail Zaiatz Crestani

CURITIBA

2020

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial ao Professor Clovis Ultramari por acreditar no meu potencial e me conduzir neste caminho da pesquisa. Pelo incentivo, confiança, contribuição e orientação.

Ao professor Marlos Hardt pelo incentivo no início desta jornada, aos professores Andrei Crestani e Regina Maria de Araújo pelo apoio e suporte durante esta pesquisa.

Ao Programa de Pós Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) pela oportunidade de continuar parte desta pesquisa na Universidade Nacional de Yokohama no Japão e a todos os professores do programa por dividirem seu conhecimento.

À minha mãe e meu padrasto pelo apoio em todas as minhas decisões, à minha irmã Juliana e meu irmão Vinícius por serem a minha inspiração diária.

À minha família e amigos, por acreditarem na minha capacidade e estarem sempre ao meu lado. Ao pessoal do curso que se mostraram essenciais nos momentos de descontração para que esta pesquisa se concretizasse.

E, sobretudo, agradeço a Deus por me conceder oportunidades.

RESUMO

A história das cidades sempre esteve relacionada com seus espaços públicos pelo fato de contarem com atributos que revelam processos históricos diversos de uso e apropriação do solo urbano, de relações societárias, de gestão pública e de mudanças na relação entre o homem e seu contexto. No Brasil há um processo de ressignificação de uso do espaço público. Os novos desafios que se apresentam nas cidades, atualmente, demonstram a urgência de qualificar os espaços públicos, pois as cidades contemporâneas modificam-se rapidamente. As cidades atuais ainda colhem efeitos do modelo modernista de planejamento urbano, com grandes infraestruturas urbanas voltadas para o automóvel. Depois de décadas em que tiveram sua função vinculada, principalmente, às práticas de mobilidade, é instigante constatar que as ruas vêm sendo retomadas como lugares de encontro e de experiência urbana. Esse movimento se insere em um contexto de mudança consubstancial nas cidades contemporâneas: de manifestações sociais, culturais e políticas, de intervenções urbanas, que demonstram que as pessoas estão não apenas reocupando os espaços públicos após um significativo esvaziamento nas últimas décadas, mas, além disso, estão reapropriando-os. O objetivo desta dissertação é analisar a relação entre a cidade produzida do ponto de vista da gestão urbana e a cidade produzida do ponto de vista do espaço vivido, apreendido por análises em espaços públicos. A pesquisa é composta por duas fases: a referencial teórico, estudando conceitos referentes ao tema; e a parte empírica, o estudo de caso de três compartimentos de Curitiba, que já passaram por intervenções durante a sua história. A conclusão contribui para o debate sobre a produção de espaços públicos na cidade contemporânea e a sua efetiva apropriação por parte da população de acordo com as atividades que abrigam.

Palavras-Chaves: Espaço público. Apropriação. Planejamento urbano. Espaço vivido. Gestão urbana.

ABSTRACT

The history of cities has always been related to their public spaces due to the fact that they have attributes that reveal different historical processes of use and appropriation of urban land, corporate relations, public management and changes in the relationship between man and his context. In Brazil, there is a process of reframing the use of public space. The new challenges that present themselves in cities today demonstrates the urgency of qualifying public spaces, since contemporary cities are changing quickly. Today's cities still reap the effects of the modernist model of urban planning, with large urban infrastructures focused on the automobile. After decades in which their function was mainly linked to mobility practices, it is interesting to note that the streets have been resumed as places of meetings and urban experience. This movement is inserted in a context of consubstantial change in the contemporary cities: social, cultural and political manifestations of urban interventions, which demonstrates that people are not only reoccupying public spaces after a significant evacuation in the last decades but, in addition, are reappropriating them. The objective of this dissertation is analyzing the relationship between the city produced from the point of view of urban management and the city produced from the point of view of lived space, apprehended by analyzes in public spaces. The research is composed of two phases: the theoretical framework, studying concepts related to the theme; and the empirical part, where it studies the case of three compartments in Curitiba City, which have undergone interventions during its history. The conclusion contributes to the debate between production of public spaces in the contemporary city and its effective appropriation by the population in accordance with the activities that it houses.

Keywords: Public space. Appropriation. Urban planning. Lived space. Urban management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização dos estudos de caso e seu contexto urbano	32
Figura 2 - Praça Tiradentes, 2019.....	38
Figura 3 - Estação de bondes construída em 1934.....	39
Figura 4 - Praça Tiradentes, em Curitiba, Paraná, em 1934	39
Figura 5 - Antiga estação de bondes na década de 30	40
Figura 6 - Plataforma da estação de bondes em meados da década de 1940	40
Figura 7 - Praça Tiradentes no Plano Agache	41
Figura 8 - Ônibus, carroças, carros e estação de bondes no início dos anos 50	41
Figura 9 - Praça Tiradentes e linhas de ônibus nos anos 90	42
Figura 10 - Piso de vidro mostrando calçamento original.....	43
Figura 11 - Pontos de ônibus ao redor da Praça Tiradentes	44
Figura 12 - Estações tubo e pontos de táxi ao redor da Praça Tiradentes.....	44
Figura 13 – Mapa de localização da Praça Tiradentes	45
Figura 14 - Praça Tiradentes em 2019.....	48
Figura 15 - Praça Tiradentes em 2019.....	48
Figura 16 - Comércio irregular na Praça Tiradentes	49
Figura 17 - Gráfico síntese de uso e apropriação da Praça Tiradentes	50
Figura 18 - Planta da cidade de Curitiba em 1850	52
Figura 19 - Rua XV de Novembro em 1896	53
Figura 20 - Mapa do uso do solo na Rua XV de Novembro no final do século XIX...54	
Figura 21 - Rua XV de Novembro, carnaval de 1902.....	55
Figura 22 - Rua XV de Novembro no período dos bondes elétricos	55
Figura 23 - Rua XV de Novembro em 1933	56
Figura 24 - Movimento diário na Rua XV de Novembro, 1940	56
Figura 25 - Rua XV de Novembro na década de 50 recebendo eventos esportivos.57	
Figura 26 - Rua XV de Novembro na década de 50 recebendo concurso de beleza57	
Figura 27 - Rua XV de Novembro na década de 50 com manifestações políticas....58	
Figura 28 - Obras de calçamento da Rua XV de Novembro em 1972	60
Figura 29 - Foto aérea do “calçadão”, primeira quadra a se tornar pedonal	61
Figura 30 - Dois momentos da Rua XV de Novembro. À esquerda em 1960 e em 2016 respectivamente	61
Figura 31 - Mobiliário urbano na Rua XV de Novembro	64

Figura 32 - Mapa de localização da Rua XV de Novembro.....	65
Figura 33 - Comércio regular ao longo da Rua XV de Novembro	65
Figura 34 - Bares Mignon e Triângulo na Rua XV de Novembro	66
Figura 35 - Mesas cobertas em área de bares.....	66
Figura 36 - Mapa de localização da Rua XV de Novembro.....	67
Figura 37 - Engraxate na Rua XV de Novembro	69
Figura 38 - Artistas na Rua XV de Novembro	70
Figura 39 - Ambulantes na Rua XV de Novembro	70
Figura 40 - Artistas na Rua XV de Novembro	70
Figura 41 - Gráfico síntese de uso e apropriação da Rua XV de Novembro.....	72
Figura 42 - Rua São Francisco, a antiga Rua do Fogo em 1923	74
Figura 43 - Rua São Francisco no início do século XX	77
Figura 44 - Rua São Francisco no início do século XX	77
Figura 45 - Rua São Francisco após revitalização em 2012	78
Figura 46 - Rua São Francisco após revitalização em 2012	79
Figura 47 - Praça de Bolso do Ciclista	80
Figura 48 - Terreno da Praça de Bolso do Ciclista em reforma.....	82
Figura 49 - Terreno da Praça de Bolso do Ciclista em reforma.....	85
Figura 50 - Terreno da Praça de Bolso do Ciclista em reforma.....	86
Figura 51 - Voluntários trabalhando na Praça de Bolso do Ciclista.....	87
Figura 52 - Inauguração da Praça de Bolso do Ciclista	88
Figura 53 - Mapa de localização da Rua São Francisco	89
Figura 54 - Rua São Francisco.....	89
Figura 55 - Rua São Francisco.....	90
Figura 56 - Passagem de veículos na Rua São Francisco.....	92
Figura 57 - Pedestres sentados na Rua São Francisco	92
Figura 58 - Praça de Bolso do Ciclista	93
Figura 59 - Gráfico síntese de uso e apropriação da Rua São Francisco	94

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Síntese do Referencial Teórico	17
Quadro 2 - Categorias de apropriações em espaços públicos – Praças e calçadas	29
Quadro 3 - Categorias de apropriações em espaços públicos - Ruas	30
Quadro 4 - Contagem de pessoas escolhidas para análise na Praça Tiradentes	46
Quadro 5 - Contagem dos usos identificados em análise na Praça Tiradentes	46
Quadro 6 - Atividades observadas e categorias de apropriação na Praça Tiradentes	46
Quadro 7 - Contagem de pessoas escolhidas para análise na Rua XV de Novembro	68
Quadro 8 - Contagem dos usos identificados em análise na Rua XV de Novembro	68
Quadro 9 - Atividades observadas e categorias de apropriação na Rua XV de Novembro.....	68
Quadro 10 - Contagem de pessoas escolhidas para análise na Rua São Francisco	91
Quadro 11 - Contagem dos usos identificados em análise na Rua São Francisco ..	91
Quadro 12 - Atividades observadas e categorias de apropriação na Rua São Francisco.....	91

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	11
1.2	JUSTIFICATIVA.....	12
1.3	OBJETIVOS	13
2	METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	15
3	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1	ESPAÇO PÚBLICO	19
3.2	ESPAÇOS PÚBLICOS E CATEGORIAS DE APROPRIAÇÃO	24
4	ESTUDO DE CASO	32
4.1	METODOLOGIA.....	33
4.2	PRAÇA TIRADENTES.....	37
4.2.1	ANÁLISE DA PRAÇA TIRADENTES PELAS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS SELECIONADOS	43
4.3	RUA XV DE NOVEMBRO	52
4.3.1	ANÁLISE DA RUA XV DE NOVEMBRO PELAS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS SELECIONADOS	63
4.4	RUA SÃO FRANCISCO	74
4.4.1	PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA.....	81
4.4.2	ANÁLISE DA RUA SÃO FRANCISCO PELAS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS SELECIONADOS	88
5	CONCLUSÃO DO ESTUDO DE CASO	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1. INTRODUÇÃO

A história das cidades sempre esteve relacionada com seus espaços públicos pelo fato de, contarem com atributos que revelam processos históricos diversos de uso e apropriação do solo urbano, de relações societárias, de gestão pública e de mudanças na relação entre o homem e seu contexto. Conforme Edelweiss (2017), o espaço público exerce papel fundamental como palco da vida urbana, pois é onde as práticas sociais acontecem. Mumford (1945) destaca a importância de introduzir as etapas da vida no cenário urbano, implantando espaços públicos de dimensão acessível que proporcionem a interação entre pessoas e cidades e criando espaços de permanência.

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso houve uma certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais. (MUMFORD, 1995, p.11).

Do mesmo modo que Mumford, Indovina (2002) afirma que o espaço público deve ser considerado fundador da cidade, em todas as épocas e regimes, de fato, pode-se dizer que o espaço público, é a própria cidade.

O objeto de estudo desta dissertação é, portanto, o espaço público e, mais especificamente, a apropriação do espaço público pela população com recortes na cidade de Curitiba/PR, por conter um volume demográfico e contexto metropolitano, que sugere uma complexidade mínima para discutir os questionamentos, rejeições, complementações e adesões da gestão urbana.

A estrutura desta dissertação se organiza em cinco capítulos. O primeiro apresentará a temática espaço público na cidade contemporânea e apropriações, sua problematização, justificativa e objetivos geral e específicos. O segundo capítulo refere-se à metodologia adotada na pesquisa e suas definições e procedimentos. O terceiro capítulo compreende o referencial teórico, tendo em foco teorias que busquem compreender principalmente o conceito de espaço público e produção do espaço público a partir da gestão urbana e da apropriação espontânea. A partir das considerações teóricas, o recorte da pesquisa é introduzido no quarto capítulo, quando é inserida a discussão empírica proposta, tendo como objeto de estudo três

espaços públicos na área central da cidade de Curitiba/PR que passaram ou estão passando por um processo de apropriação. Pelo método principal de observação direta, objetiva-se interpretar em que medida as apropriações se relacionam com as definições da gestão que incidem sobre o ambiente urbano. As análises e resultados dos três espaços em estudo, assim como as considerações finais que irão recuperar a discussão do referencial teórico estarão no quinto capítulo.

Este estudo considera o espaço público um elemento essencial da configuração urbana, pois é nele em que se observam em maior concentração o desenvolvimento de atividades coletivas, relações interpessoais e conexões espontâneas entre diferentes grupos de pessoas, que conformam a cidade como espaço social. Atualmente, a ideia principal do debate teórico acerca do espaço público alinha uma ideia de algo que se pretende ter livre acesso, democrático e não excludente. Encontramos estas definições nas temáticas do espaço público enquanto lugar de celebração da diferença e do encontro com o outro. Nas palavras de Morente (2018):

O espaço público é a cidade, o principal espaço de desenvolvimento urbano e de cidadania, um lugar de resistência pós-moderna e criador de significados, que constrói redes sociais espontâneas ou organizadas. O espaço público é um direito cívico uma forma de representar vidas.

As cidades atuais ainda colhem efeitos do modelo modernista de planejamento urbano, grandes infraestruturas urbanas voltadas para o automóvel e resultados espaciais que pouco consideram a escala humana. Um dos movimentos alternativos ou reação contrária a essa standardização e normatização da cidade modernista corresponde à crescente transformação dos espaços públicos pela própria população. Depois de décadas em que tiveram sua função vinculada, principalmente, às práticas de mobilidade, é instigante constatar que as ruas vêm sendo retomadas como lugares de encontro e de experiência urbana. Tais transformações podem ser presenciadas em todos os setores da sociedade contemporânea, nos afetam social, econômica e culturalmente, modificando nosso modo de pensar, de interagir, de agir e de nos comunicar, da mesma forma que afetam as características das cidades e também a relação entre as pessoas e o uso do espaço público. Harvey (1992) contribuiu para a discussão, afirmando que o direito à cidade é um direito humano que vem sendo negligenciado e implica na

liberdade de mudar as nossas cidades, criando-a e recriando-a, o que só pode ser feito através de um poder coletivo. Também implica na redução de conflitos, que se ampliam quando o espaço público é contestado ou reivindicado.

Em junho de 2013, as ruas brasileiras foram tomadas por uma onda de protestos, que se iniciaram na cidade de São Paulo, tendo como estopim o aumento nas tarifas do transporte público. Ao se espalhar por todo o país e assumir diferentes causas, o evento chamou a atenção para a função social e política desse espaço público ao abrigar pessoas, suas práticas, discursos e reivindicações. Para Rolnick (2013) a “fagulha” das manifestações não surgiu do nada. Foram anos de construção de uma nova geração de movimentos urbanos, que, entre ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas e organizadas. O espaço de tais manifestações foram os espaços públicos urbanos, conformando, pois, o papel deles como “facilitador” e palco de interações sociais.

Ao demonstrar a integração social e dar visibilidade ao domínio público, a volta à rua evidencia aspectos essenciais para efetivação de uma cidade mais humana. Esse movimento se encaixa em um contexto de mudança nas cidades contemporâneas: de manifestações sociais, culturais e políticas, de intervenções urbanas, que demonstram que as pessoas além de, reocuparem as ruas após um esvaziamento nas últimas décadas, estão se reapropriando dos espaços urbanos.

Segundo Cavalcanti e Elias (2011) a apropriação estabelece uma relação construtiva entre o cidadão e seu entorno quando, por meio da projeção do ser humano no espaço, ele o transforma em uma extensão da sua pessoa, criando um lugar com o qual ele se identifica. Este fenômeno se torna particular no cenário contemporâneo e motiva esta pesquisa, pois evidencia que o principal elemento do espaço urbano não é sua forma, mas sim, a vida que se dá nele. Isto significa que, ao invés de sinal de alguma patologia urbana, a reapropriação das cidades deve ser vista como expressão da dinâmica e vitalidade urbana.

Nesse contexto, a cidade é transformada pela população, com a identificação dos indivíduos com uma área que a interpretam como própria, e que se entende que deve ser defendida de restrições, tão somente para não restringir o seu uso democrático por outros. Esta é então, uma equação de difícil consenso, pois, o uso

do espaço público é intrinsicamente polêmico. Arroyo (2007) ressalta que *“o espaço em que se desenvolve não está constituído por habitantes possuidores, mas por usuários sem direitos de propriedade sobre esse marco que usam e que se vêem obrigados a compartilhar”*. Desta forma, interessa para a pesquisa a reflexão sobre a ideia de flexibilidade quanto à forma do espaço público com suas dimensões físicas, sociais, simbólicas e políticas, suas alterações ao longo do tempo, considerando que as vontades e necessidades dos indivíduos são mutáveis e de que a cidade tem que ser capaz de dar resposta às formas diversas de apropriação e vivência dos espaços. Os espaços de uso público são, portanto, os locais que permitem o reconhecimento mútuo entre os diversos sujeitos que constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são a base do modo de vida desses diferentes grupos.

A pesquisa buscará apresentar as relações entre forma física da cidade produzida pela gestão e a efetiva apropriação do espaço público. A investigação se desenvolverá sobre recortes da cidade de Curitiba/PR, criados ou reciclados a partir de iniciativa popular, onde as mais variadas atividades acontecem de forma espontânea. Neste contexto, a participação democrática na construção da cidade é a chave para a evolução do estudo em questão.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

No Brasil, assim como em outras cidades do mundo, há um processo de resignificação de uso do espaço público. Para Ascher (2010), novos desafios vêm sendo apresentados nas cidades atuais, e estão diretamente ligados à necessidade de avaliar e resignificar os espaços urbanos, pois as cidades contemporâneas transformam-se constantemente. Em conjunto com as mudanças físicas, são levadas em conta as transformações sociais, que colaboram para uma melhor experiência do indivíduo no meio urbano. Nesse caso, o autor defendeu que se tornam necessárias as transformações na criação de cidades, aderindo uma nova reflexão sobre o espaço urbano, adequado aos desafios e as formas atuais de pensar e de agir da população. Um dos grandes desafios que deve ser apontado trata da qualidade dos espaços públicos e sua capacidade de estabelecer novas formas de urbanidade.

A ideia de estudar a apropriação do espaço público surgiu pelo interesse em identificar quais os atributos que estavam associados na relação indivíduo e cidade, partindo-se do princípio de que a apropriação pode contribuir para a qualidade social urbana. Nesse sentido, esta pesquisa se mostra uma importante via de estudos, pois evidencia como as pessoas, de fato, não apenas usam, mas produzem seus espaços. É o que possibilita pensar na escala humana e sua relação com a cidade a partir dos fenômenos apresentados, indo além de determinações de políticas, planos diretores, zoneamentos ou instrumentos do Estatuto da Cidade, por exemplo. Afinal, o planejamento urbano conforma os espaços e os usos, mas eles são realmente compatíveis com os usos cotidianos e com a função do espaço público?

Além dos usos atribuídos, as práticas diárias no espaço público se fortalecem enquanto manifestações da sociedade, que devem ser vistas não como um problema a ser evitado, mas como intervenções que, em sua relação com o uso e ocupação do solo, resgatam o pedestre e o seu sentido de pertencimento da urbe.

1.2 JUSTIFICATIVA

Nesta dissertação o espaço público é entendido como uma base concreta onde se estudará as distinções entre os desejos da gestão e a concretude da vivência urbana. Estes espaços são essenciais para a dinâmica urbana, são espaços de encontro, e as percepções que esses territórios despertam nas pessoas estão diretamente ligadas com o papel que vão desempenhar dentro da cidade. É a característica dos espaços públicos que vai determinar o uso que as pessoas farão deles, bem como as condições dos ambientes em seu entorno: se acessíveis, atrativos e seguros, atraem pessoas. Jacobs (2000) apresenta o que ela chama de “balé das ruas”, em que vários sujeitos, com os mais diferentes propósitos, saem às ruas em horários diferentes para as mais diversas atividades. Essas atividades interagem entre si e acabam complementando-se, formando uma estrutura de interação social. Dessa maneira, é no espaço público que se manifesta a urbanidade, que rege os encontros entre as pessoas da cidade.

Tais espaços encontram-se em constantes processos de transformações, vinculados a inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Dessa forma, justifica-se a investigação de como vem sendo produzidos e consumidos os espaços públicos na atualidade, com foco na cidade de Curitiba/PR, onde a discussão se baseará na ocupação dos espaços públicos, descrevendo as dinâmicas que nelas acontecem.

Para Lerner (2011. p.39)

“Identidade, autoestima, sentimento de pertencimento, tudo isso está intimamente ligado aos pontos de referência que as pessoas têm de sua própria cidade. É um fator crucial de qualidade de vida, já que representa a síntese da relação entre o indivíduo e seu ambiente urbano”.

Parece-se viver, mais uma vez, um novo momento na forma de se construir e de se apropriar das coisas da cidade. Desta vez, claramente, dependente e articulada com a disponibilidade e o perfil dos espaços públicos de uma determinada cidade.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral desta dissertação é analisar a relação entre a cidade produzida do ponto de vista da gestão urbana e a cidade produzida do ponto de vista do espaço vivido, apreendido por análises em espaços públicos. O propósito é, pois, o de se reconhecer a relação entre a forma física de espaços selecionados da cidade, motivo do estudo de caso (Curitiba, Paraná), a distribuição das atividades aí identificadas e a sua apropriação por usuários e transeuntes, conforme complexidade urbana contemporânea.

Os objetivos específicos são:

- A. Avaliar a configuração dos espaços públicos selecionados e seu comportamento ao longo da história;
- B. Elaborar tipologia de embates de apropriações e vivências;
- C. Indicar as atuais formas de apropriação dos espaços públicos selecionados;
- D. Analisar a partir da história as mudanças temporais na configuração do espaço público, com base em empiria para a área central da cidade de Curitiba.

2 METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa em questão tem como objetivo a análise da relação da oferta de espaço público através da gestão urbana e a apropriação pela sociedade. A dissertação é dividida em duas grandes fases: o referencial teórico, estudando conceitos referentes ao tema; e a parte empírica, o estudo de caso.

Na fase 01, do referencial teórico, será feita uma pesquisa sobre os principais documentos e trabalhos focados nos grandes temas: gestão urbana, espaço público e apropriação do espaço público, buscando compreender as relações entre cada abordagem teórica.

A metodologia utilizada será de revisão bibliográfica, baseada em pesquisas apoiadas em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e periódicos pertinentes ao assunto. O resultado esperado é que se obtenha embasamento teórico sobre o tema e definir proposto para discutir conceitos que serão tratados no decorrer da dissertação.

Na fase 02, a empírica, o método utilizado é o estudo de caso, que segundo Gil (1991), é um estudo profundo de um ou poucos objetos de maneira que se permite o seu amplo e detalhado conhecimento. O recorte geográfico é na cidade de Curitiba/PR, mais especificamente no bairro Centro. A escolha do município se dá por conveniência, facilidade de acesso à área de estudo, disponibilidade de materiais, nesse caso, artigos, teses e dissertações do próprio programa de pós-graduação (PPGTU) e ampla bibliografia sobre a cidade.

A proposição do estudo está em que os espaços públicos são produzidos e apropriados em distintos momentos, por diferentes pessoas nas mais variadas formas de seu uso e apropriação, sendo este transformado por e a partir das relações sociais. (Souza, 2003).

Estes espaços públicos poderão contribuir na criação de elos e instâncias de mediação entre o Estado e a população, mediante as diferentes formas de uso, através de manifestações, o exercício da cidadania, a construção de novos projetos e de espaços públicos urbanos, podendo ser utilizados como lugares que valorizem a diversidade de espaços e suas implantações, suas formas, novas funções, suas

características e os elementos presentes em sua origem. Segundo Graça (2007), “a noção de espaço público não é uma negação de cidade, pelo contrário, representa a afirmação da sua existência. Na ausência de edificação, corporiza-se a presença das pessoas que a habitam; na sua configuração espacial contida e delimitada pelo seu edificado, vive-se a dinâmica e o movimento das ações que a caracterizam.”

Os espaços públicos selecionados para o estudo de caso são: Praça Tiradentes, Rua XV de Novembro e Rua São Francisco. Eles foram escolhidos por se localizarem na área central da cidade, possuírem a característica de espaços de convivência e por terem passado por algum processo de apropriação. Os espaços serão estudados pelo uso do entorno, uso do próprio espaço público aberto e as mudanças ao longo do tempo. A pesquisa ocorrerá junto às Regionais da prefeitura e Associações de Moradores e o reconhecimento dessas apropriações será através de observação direta e registro fotográfico.

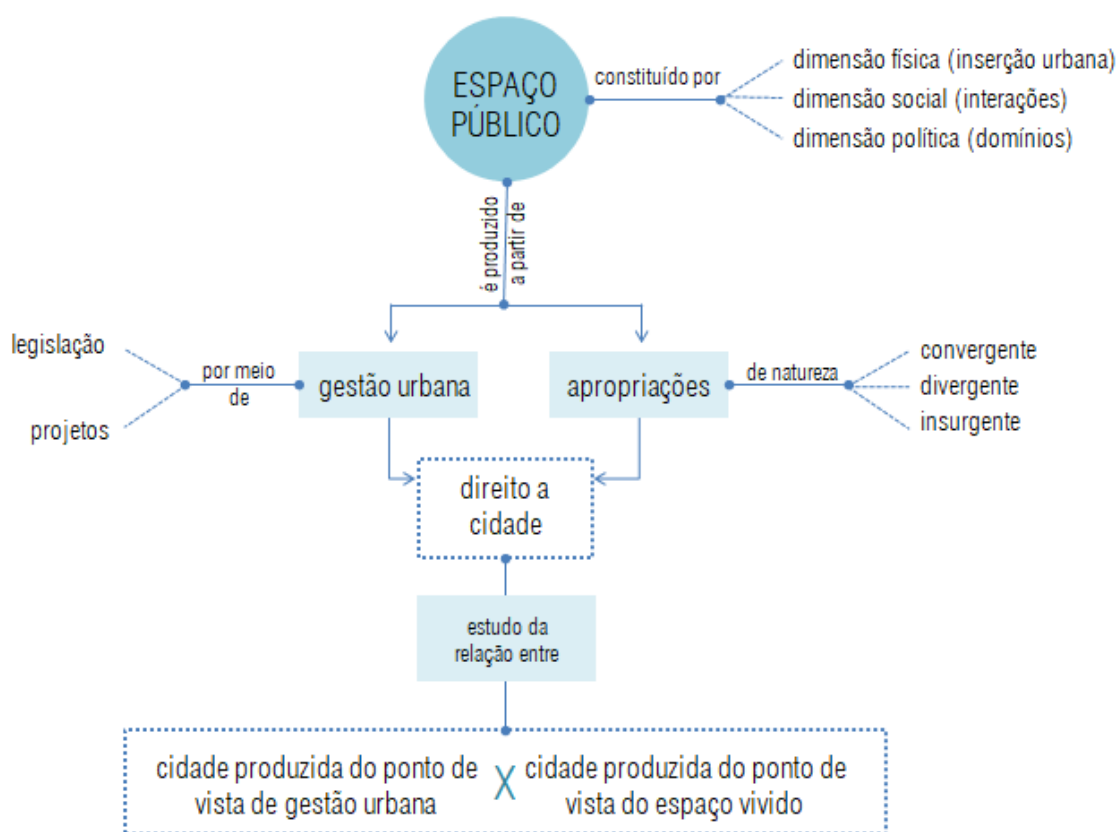
O intuito é obter uma linha do tempo e demonstrar avanços ou retrocessos na maneira coletiva que esses espaços foram ocupados e nos atributos dessas ocupações ao longo do tempo. A técnica aplicada será exploratória e analítica, o estudo contará com um recorte territorial, levantamento de mapas, fotos aéreas e zoneamento da cidade, além de documentos oficiais, levantamento fotográfico e observação da autora em campo. O resultado esperado é a elaboração de relatórios com cruzamentos de informações e dados que possam sustentar o estudo sobre o perfil dos usuários dos espaços públicos, suas apropriações e os tipos de usos aplicados aos espaços, em contrapartida do seu planejamento.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico será definido com base em revisão bibliográfica, será feita a descrição dos conceitos relacionados aos espaços públicos, em suas dimensões física, social e política, produzida a partir da gestão urbana, através de legislação e projetos e a partir de apropriações categorizadas da seguinte forma: convergente, divergente e insurgente; Evolução do espaço público na história e suas adaptações; Direito a cidade e utilização do espaço público.

A seguir, para facilitar a compreensão do referencial utilizado, apresenta-se um quadro síntese de todos os conceitos a serem estudados.

Quadro 1 - Síntese do Referencial Teórico



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Este trabalho é caracterizado pelo desenvolvimento de questões prospectivas e, em parte, pelo processo de transformação de seu território, particularmente quanto à conformação e configuração de seu espaço público. Sendo assim, investigam-se conceitos referentes à compreensão de processos de espacialização

da cidade contemporânea, particularmente da relação do espaço público e à sociedade e ao que se pode mudar, por meio da apropriação, e não necessariamente por meio do planejamento.

Uma questão fundamental para análise do espaço público é a sua capacidade de possibilitar encontros impessoais e anônimos dos diferentes grupos sociais. Esses encontros devem ser entendidos como a oportunidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas. Assim, “o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade” (GOMES, 2002).

Conhece-se a cidade por meio de seus espaços públicos. Neles é possível ver a cidade com maior capacidade de síntese, acreditando que aí, e em seu entorno, concentrem-se usos e apropriações diversas observadas de modo fractal nas demais partes que a compõem. Indovina (2002) afirma que o espaço público constitui um fator importante de identificação, que conota os lugares, manifestando-se através de símbolos e, refere o espaço público como o lugar da palavra, como lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos.

O espaço da apropriação é o espaço das pessoas; o espaço do vivido. A vida cotidiana remete à relação entre espaços de representação (vividos, subjetivos e apropriados) e as representações do espaço (abstratas e objetivas). Nesse contexto, a abordagem teórico-metodológica da pesquisa encontra fundamentais subsídios na seguinte citação:

A cidade é expressão máxima da construção social do espaço e centro das possibilidades de transformação social. Ela deve ser pensada como uma totalidade coletivamente produzida para que possa ser coletivamente apropriada e democraticamente administrada por aqueles que a reproduzem (HARVEY, 1980).

Partindo do conceito de direito à cidade, surge a partir dos anos 2000 movimentos sociais que impulsionam a ocupação dos espaços públicos ao invés dos espaços privados. Tais movimentos questionam as condições em que se encontram esses territórios através de manifestações e apropriações de caráter artístico,

político e urbanístico. Chamam a atenção dos cidadãos e atraem olhares aos espaços públicos ociosos, esquecidos pelo poder público e pela sociedade, para ressaltar o ideal de lazer, cultura e convivência em meio ao ambiente urbano.

Os subcapítulos a seguir tratam de temas pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa: espaço público, espaço público e o direito a cidade e espaços públicos e categorias de apropriação.

3.1 ESPAÇO PÚBLICO

A evolução das cidades é, em suma, um conjunto de transformações adicionadas ao decorrer dos séculos e que atestam a relação entre sociedade e seu espaço construído, em um constante processo de causa e consequência, de mútua dependência e implicações. A cidade sempre esteve, e está, em constante modificação, pelo que resulta de um acumular sucessivo de processos históricos que atualizam o próprio conceito de cidade, redesenham o cenário urbano e consequentemente o espaço público.

A sociedade atual e a cidade contemporânea serão o ponto de vista perante as mudanças do espaço público e sua apropriação, que é o grande tema da pesquisa. A cidade está em constante transformação e por isso, revela-se necessário uma análise atenta sobre a fase do processo de transformação que vivemos descrita por Ascher (2010) – a “terceira revolução urbana” – cujas dinâmicas de transformação, como a individualização, racionalização e diferenciação social, geram uma sociedade mais complexa que se reflete na cidade e, em especial, nos seus espaços urbanos.

Há uma analogia entre a transformação da sociedade e a transformação do espaço público, comprovando que à medida que a sociedade muda, muda também a forma da cidade e diretamente seus espaços públicos, tornando-se, portanto, fundamental compreender as variações das mudanças no decorrer da história.

Uma breve retrospectiva nos permite constatar que o espaço público, ao longo dos séculos, vai sendo percebido de acordo com a estrutura existente no momento e seus interesses predominantes. Segundo Barbosa (2014) na Idade

Antiga, o espaço público (a ágora o fórum romano) associava-se com o poder, na Idade Média, o espaço público (o mercado medieval) passa a ser o local das relações sociais e comerciais, e com o Renascimento, no espaço público (avenidas e praças) verifica-se uma maior relevância da configuração espacial. Em todos estes momentos, de forma recorrente, o espaço público surge ligado a três elementos: o poder, a configuração espacial e as relações sociais.

Dessa forma, é notável a importância dos espaços públicos enquanto espaços de interação social e vida pública. Ao longo do tempo, estes espaços vêm refletindo as formas de viver da sociedade e evidencia as interações entre pessoas e cidades, junto com diferentes paradigmas de planejamento e gestão dos espaços urbanos, associados a mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais.

A cidade é um processo contínuo de construção e transformações e, desde sua origem, ela é fundamental para atender as necessidades e desejos do homem. Segundo Ascher (2010), nas últimas décadas o urbano se insere em uma terceira fase da modernização, que se caracteriza pela falta de sincronização entre as rápidas transformações que ocorrem na sociedade e os processos de construção da cidade. Os processos de planejamento urbano refletem essa distância, ao se fixarem a modelos racionais, que pouco consideram as mudanças da sociedade, as práticas cotidianas e as novas formas de viver a urbe. O espaço público, nessa circunstância, sofreu um esvaziamento pela população e a perda de sua função maior, como o local de encontro e troca da vida urbana.

A cena contemporânea nos coloca frente a um período em que, a cidade e seus espaços públicos têm sido alvos de múltiplas apropriações e reocupações (FRUGOLI JR, 2018). Nos últimos anos têm-se presenciado o retorno das pessoas aos espaços públicos das cidades, em especial para as suas ruas. Depois de décadas em que essas tiveram seu uso vinculado, especialmente, à mobilidade, é interessante notar que as ruas vêm sendo reocupadas como lugares do encontro, da experiência urbana, do júbilo e do protesto. Se a permanência no espaço público, é o primeiro passo para que ambiente urbano seja vital, pode-se destacar que, por vezes, a ocupação vai além de sua dinâmica física e de um grupo de pessoas que simplesmente se estabelecem em um ambiente, mas junto a isso, traz aspectos simbólicos, que ressignificam estes espaços reocupados, compondo espaços

reapropriados. Dessa forma, nota-se uma crescente preocupação com a qualidade dos espaços urbanos, relativos à qualidade de vida da sociedade. É reconhecido que os espaços públicos devem ser concebidos para as pessoas e devem responder às suas necessidades.

Para Magnani (2016), um evento, a princípio isolado, provocou a reprodução do fenômeno acima no contexto brasileiro. Em junho de 2013, as ruas brasileiras foram tomadas por uma sequência de protestos, que se iniciaram na cidade de São Paulo, tendo como principal motivo o aumento nas tarifas de ônibus. Segundo Frúgoli Jr (2018), as chamadas Jornadas de Junho são consideradas como uma espécie de marco, onde um número crescente de coletivos e agrupamentos ativistas ocuparam os espaços públicos em várias cidades, o que estabeleceu uma espécie de divisor de águas quanto às formas de manifestação política nas cidades brasileiras. Ao se espalhar por todo o país e assumir diferentes frentes, o acontecimento chamou a atenção para a função social e política do espaço público ao receber pessoas, suas práticas, discursos e reivindicações.

Segundo Caiafa (2007) “As cidades contemporâneas são lugares de exterioridades, de inquietudes, de descoberta e interação”. Do mesmo modo, Alves (2003) entende que “a cidade é a segunda grande casa que descobrimos depois da infância nos nossos lares, uma espécie de referência territorial em relação ao Universo que “construímos”; é, assim, algo que nos fascina e surpreende que nos estimula e desafia a cada momento. ” Por sua vez Delgado (2013) refere que “O urbano, ao mesmo tempo que lugar de encontro, convergência de comunicações e informações, converte-se no que sempre foi: um lugar de desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução de normalidades e pressões, momento do lúdico e do imprevisível (...) é o que traz “movimento, improvisação, possibilidade e encontros”.

No sentido de traçar um referencial comum entre conceitos, sabendo-se que para o caso do espaço público remete a uma vasta complexidade e que, por esse fato, uma definição específica seria limitadora, elencam-se definições e abordagens propostas por um conjunto de sete autores, identificados em pesquisa exploratória sobre o tema e em produção bibliográfica a partir de 2000.

Primeiramente, para Barnett (2003), os espaços públicos são lugares abertos ao público que habitualmente congregam um elevado número de pessoas, que segundo Carmona (2003) dão suporte, produzem, ou facilitam interações sociais e culturais.

Borja (2006) por sua vez, diz que o espaço público é o espaço cívico do bem comum, onde existe uma conquista social, por oposição ao espaço privado dos interesses particulares e, conforme Warren (2006) sugere abertura e livre acesso a todos (...), onde estranhos se encontram de forma igualitária e onde existe liberdade de expressão e de reunião entre cidadãos.

Chapman (2006) lança os espaços públicos como lugares cuja manutenção é assegurada por entidades públicas em benefício da comunidade e que idealmente podem ser utilizados por todos os cidadãos, independentemente da sua condição social e económica, idade, raça, etnia, ou gênero. Completando com as palavras de Solá-Morales (2002) como espaço mediador, ou espaço democrático entre o território, sociedade e política.

Para Indovina (2002), os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público. Dessa forma, pode-se concluir que para essa pesquisa, os espaços públicos:

São um palco para a nossa vida pública. São os parques onde as celebrações são realizadas, onde as maratonas terminam, onde as crianças aprendem as habilidades de um desporto, onde as estações são marcadas e onde as culturas se misturam. Estes lugares são as ruas e passeios em frente às residências e às empresas, onde os amigos vão ao encontro uns dos outros e onde as trocas sociais e económicas ocorrem. São os espaços públicos que dão identidade às cidades e sem bons espaços públicos, não poderão haver grandes cidades. (Project for Public Spaces, 2012)

A revisão teórica por esses sete autores sugere classificar os espaços públicos em três perspectivas de análises distintas: física, política e social. Primeiramente, o aspecto físico (como rua, calçadas, parques, praças, largos, etc) é importante na criação do elo entre pessoas e espaços urbanos, e é capaz de gerar diferentes ações na população que o usufrui.

Na medida em que se desenvolvem interações no espaço público, a estrutura física comparece como parte modificável em função das ações dos indivíduos, salientando a importância à investigação do espaço urbano como este campo em ato, tangível e de espacialidades marcadas por rotinas, atores, eventos, significações. (CRESTANI, 2017 p.52-53)

A segunda dimensão, a social, é segundo Borja (2000), o espaço público deve incentivar o convívio social, fazer do seu uso um direito de cidadania, onde o espaço público deve garantir, em termos de igualdade, a apropriação por parte de diferentes coletivos sociais e culturais. Possibilitando encontros e interações que proporcionam uma relação entre sujeitos, que ao coexistir e interagir - significando e ressignificando o espaço público-, também o produzem, por meio de relações simbólicas, memórias, ideias, intenções e práticas diversas. Diz respeito, portanto, à dimensão da apropriação pelos cidadãos, que dão identidade à cidade, construindo um cotidiano carregado de elos simbólicos. Sennet (2014) aborda o tema dando ênfase cultural, “aponta o espaço público como lugar de alteridade: que acontece num (re)conhecer-se e (re)conhecer do outro como parte da nossa relação com o mundo” (CRESTANI, 2017 p.42). Para o pensador, o espaço público é lugar de experiências independentes, em que as diferentes vivências de cada um fazem com que os espaços sejam apropriados de maneira muito pessoal, o que gera contrastes e riqueza cultural.

A terceira dimensão, a política é animada pelas diferentes ideias, ações e pensamentos entre diversos atores. Arendt o interpreta menos relacionado com a gestão pública, mas sim com o homem político, engajado e com objetivos em favor da sociedade. De maneira muito sintética: a filósofa vê a dimensão política como forma de direito à ação e a palavra, ou seja, a aproximação de sujeitos (ação) buscando construir uma realidade coletiva (através do debate/argumento) que favoreça o coletivo, criando assim, a esfera pública.

De uma forma geral, Indovina (2002) considera que o espaço público constitui um fator importante de identificação, que conota os lugares, manifestando-se através de símbolos e em segundo lugar, refere o espaço público como o lugar da palavra, como o lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos. Por sua vez Borja (2003), assume posição semelhante à Indovina e reivindica a cidade como espaço público, negando-se a

atribuir ao mesmo apenas um só uso especializado. Defendendo que “*é a cidade no seu conjunto que merece a consideração do espaço público*”, e que este é o lugar por excelência da sociabilização.

3.2 ESPAÇOS PÚBLICOS E CATEGORIAS DE APROPRIAÇÃO

Para Morente (2018) apropriar-se é sublimar a existência, voltar à vida cotidiana e retornar ao urbano o que nunca deveria ter sido perdido, o desejo e o desequilíbrio, o lúdico e o imprevisível (Lefebvre, 1973); assim que nos apropriamos, esculpimos nosso mundo (Lefebvre, 1978). Com a apropriação dos espaços públicos, começamos com a 'extensão da nossa casa' e terminamos, coletivamente, com a 'constituição de uma casa' (Margier, 2017).

Segundo Netto (2018), parecemos viver tem tempos de “esquecimento da política”, no sentido da diluição da esfera pública, onde são expressas opiniões sobre questões econômicas, sociais, culturais e políticas, que colabora para o esvaziamento do convívio social, dificultando a ação política e enfraquecendo o senso do público. Por outro lado, ainda segundo o autor, podem-se observar diversos movimentos de reapropriação do espaço urbano como local para a expressão política e manifestações. David Harvey fala do “poder coletivo de corpos no espaço público”, convertendo-o “em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate”, uma retomada do espaço público como espaço político.

Para Leite (2002) as políticas de revitalização acontecem hoje como forma de reapropriação das cidades e seus espaços públicos. Apesar das atuais intervenções possuírem um caráter segregador, o que poderia contribuir para o esvaziamento desses espaços urbanos, os usos e contra-usos que neles se acontecem concorrem, inversamente, para sua reativação como espaços públicos. Quando essas interações atribuem um sentimento de lugar e pertencimento aos espaços urbanos, e, de outro modo, essas iniciativas incidem na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças acontecem e se confrontam politicamente.

É possível repensar a construção desses lugares no contexto urbano contemporâneo a partir dos usos e contra-usos que se faz dos espaços públicos (Leite, 2002). Determinados usos podem alterar o cenário urbano e dar ressignificados às tradições e aos lugares das cidades. Esses novos significados ou contra-usos, como chama Leite (2002), diferem daquilo que é esperado pela gestão urbana ao planejar aquele local. Essas ações contribuem para uma diversificação dos atuais sentidos dos espaços públicos, além de poder oferecer novas possibilidades interativas (conflitivas ou não) entre os sujeitos que se ocupam daquele lugar.

Os usos e a forma como um espaço público é apropriado, nem sempre é compreendido de forma clara, isso porque a apropriação está relacionada a diversos critérios, como os pessoais e os culturais, os quais só poderão ser conhecidos por meio de uma pesquisa local feita a partir do seu entorno e conhecendo-se os traços próprios de cada grupo de usuários específicos e como eles interagem entre si e com o meio urbano.

Esse convívio não se dá em alta velocidade. O espaço público da rua tem sido levado em conta como o espaço que possui importância crucial na formação da sociedade sadia. Alguns espaços fundamentais da cidade são considerados por muitos urbanistas após o modernismo, sendo mais importantes do que muitos parques e praças, pois podem reunir atributos que fazem com que as pessoas desejem frequentá-los e com isso promover o encontro espontâneo.

Parte-se da premissa de que os espaços públicos da cidade refletem aspectos de identidade cultural e momentos históricos, além de possuírem valores simbólicos intrínsecos, como se pode observar na afirmação de Santos e Vogel (1981, p. 7): “as cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma”.

Da Matta (1997) afirma que o espaço é como o ar que se respira, que não vemos nem sentimos, mas sabemos que sem ele não podemos existir. Assim, para que se possa “ver” e “sentir” o espaço, precisamos nos projetar sob a perspectiva do usuário daquele espaço com as suas experiências. Para o autor, o espaço confunde-se com a própria ordem social, de modo que, sem entender a sociedade

com as suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido.

Cabe ressaltar que a capacidade de apropriação dos lugares não se caracteriza como apropriação efetiva, pois depende de outras variáveis, tais como intencionalidade, identidade social, cultura, ideologias, entre outros. Jacobs (2000) alerta para a questão relacionada ao Planejamento Urbano, criticando o zoneamento homogêneo, que cria áreas sem atratividade e diversidade de usos e não potencializa a apropriação efetiva.

A apropriação do espaço acontece com base nas características do lugar (conformação urbana, tipo de uso, aspectos ambientais, entre outros) e na relação social e cultural que se tem com o lugar. A apropriação efetiva, para Holanda (2003), diz respeito ao uso. Refere-se a como as pessoas estão presentes no espaço. Quem são? Quantas? Quando? Quão freqüentemente? Isso depende de vários aspectos da organização social.

Segundo Silva (apud COSTA, 2004), a apropriação realiza-se em dois momentos: (1) no primeiro, o espaço é adequado a uma determinada atividade introduzida pelo sujeito; (2) no segundo, acontece uma identificação desse sujeito com o espaço gerado tanto pelo bom desempenho da atividade como pela relação de objetos, signos e códigos presentes no espaço. Considerando que, ao falarmos de cidade e seus espaços públicos, os mesmos não estão retidos apenas no âmbito legal ou como sistema, e sim, espaço social, então, é um interesse desse subcapítulo aprofundar sobre esse aspecto. Para isso lança-se a hipótese de três categorias da apropriação que podem acontecer em espaços públicos na cidade contemporânea: **convergente, divergente e insurgente**.

A primeira delas, a **convergência**, que é clara, na relação de que um espaço é consumido ou apropriado pelas pessoas a partir daquilo que ele foi planejado para ser. O planejamento, projeto, cronograma e execução partem da gestão urbana e suas políticas públicas. Como o exemplo de uma praça na cidade, com bancos e pisos acessíveis, onde as pessoas o utilizam para descanso, com espaço para sentar e contemplar a cidade. Nesse cenário, não há conflito, as pessoas fazem uso

do espaço para aquilo que de fato ele foi construído. Outro exemplo que pode ser usado é da calçada para circulação de pedestres e conexão dos espaços na cidade.

A **divergência** é quando o espaço se torna o pólo antagônico, onde a apropriação é incompatível com aquilo que foi projetado e esperado para aquele lugar, podendo gerar conflitos entre diversos agentes ou não. Como no parágrafo anterior, pode-se usar o exemplo da praça. Os bancos que em um primeiro momento são projetados para que as pessoas possam sentar, conversar, descansar, podem muitas vezes ser usados por moradores em situação de rua, por exemplo, para dormir à noite. Também podem ser utilizados por vendedores ambulantes como um espaço para exposição de mercadorias e por pessoas que usam o banco para manobras de skate. E essa apropriação vai além do banco propriamente dito, pode alterar o contexto do dia a dia da praça. Dependendo do tipo de apropriação, a mesma nem sempre é aceita e vista como algo positivo para os outros usuários da praça, moradores e comerciantes que estão ao redor, os usos variam de forma positiva e negativa e podem ocasionar embates ou não entre sujeitos.

A **insurgência**, por outro lado, que diz respeito a diversas leituras da sociologia, antropologia, arquitetura, geografia, seria um espaço que foi projetado com certas atividades previstas para ele, mas como isso acontece em um ambiente público (e como público entendemos, como visto no capítulo três, como espaço da possibilidade, do outro e da interação) a insurgência sustentaria efeitos produtivos diferentes da convergência e da divergência. Considerando que a convergência é o foco da neutralidade, a divergência do conflito, a insurgência seria o foco da criatividade, que também pode ser foco de um conflito, mas nem sempre um conflito negativo. De uma maneira sintética, a insurgência pode ser vista em espaços que não foram planejados e surgiram a partir de uma necessidade, citando um exemplo de Curitiba, temos a Praça de Bolso do Ciclista. Que nasceu a partir de uma iniciativa da comunidade, envolvendo ciclistas, artistas e pessoas que apoiavam a causa. O terreno, que estava abandonado e é localizado próximo a um dos pontos de encontro de ciclistas, despertou o interesse para que fosse transformado em uma local de celebração e convivência. Podendo ser classificada como uma iniciativa insurgente, inventiva, propulsora de novos espaços.

Sendo assim, a seguir pode-se observar o quadro comparativo de cada uma das categorias citadas nos parágrafos anteriores em locais como os de estudo de caso que será apresentado no próximo capítulo, com semelhanças, diferenças e exemplos que podem ser vistos na cidade contemporânea.

Quadro 2 - Categorias de apropriações em espaços públicos – Praças e calçadas

APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO				
Espaços públicos	Convergência	Divergência	Insurgência	Comentários
Praças e calçadas	Descanso e convivência			É pressuposto que áreas como praças e calçadas sejam para descanso e convivência
	Circulação de pedestres			É pressuposto que áreas como praças e calçadas sejam para circulação de pedestres
	Acesso ao transporte público			Existem praças que são contempladas com acesso direto ao transporte público em sua área, porém em algumas situações o tráfego de transporte se intensifica e os espaços se transformam em terminais de ônibus
	Circulação de veículos			A circulação de veículos pode segregar os espaços e alterar as suas características dadas no momento do planejamento e concepção
	Atividade física		Atividade física	Nem toda praça ou calçada são compostos de mobiliário para atividades físicas, porém é comum em diversas áreas os "aulões" coletivos que toda a população pode participar
	Comércio formal			É pressuposto que áreas como praças e calçadas sejam dotados de estrutura para comércio formal
		Comércio informal		O comércio informal se encaixa nas três categorias, pois pode suprir a necessidade na falta de comércio formal presente em determinados locais da cidade. Pode prejudicar comerciantes regulares e também dar novas características aos espaços públicos dependendo de seus produtos e serviços
	Manifestações		Manifestações	Praças e calçadas são frequentemente usadas como palco de manifestações. Como podem acontecer de forma espontânea, também se encaixam em apropriações insurgentes
	Eventos culturais		Eventos culturais	Eventos culturais podem acontecer em praças e calçadas espalhadas pela cidade, como podem ocorrer de maneira espontânea, também se encontram na categoria de insurgência
	Apresentações artísticas		Apresentações artísticas	Apresentações artísticas podem acontecer em praças e calçadas espalhadas pela cidade, como podem ocorrer de maneira espontânea, também se encontram na categoria de insurgência
		Comércio e utilização de produtos ilícitos		Prática comum em espaços públicos, mas que é proibida por lei
		Ocupação por moradores de rua		Os espaços públicos que estão sendo estudados não possuem estrutura para moradia, dessa forma, se encaixam na categoria de divergência
			Revitalização de espaços ociosos	Prática comum nas áreas públicas das cidades brasileiras, onde ocorrem transformações de espaços ociosos e degradados, propensos a receber atividades ilícitas
			Recuperação de espaços degradados	Prática comum nas áreas públicas das cidades brasileiras, onde ocorrem transformações de espaços ociosos e degradados, propensos a receber atividades ilícitas

Quadro 3 - Categorias de apropriações em espaços públicos - Ruas

APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO				
Espaços públicos	Convergência	Divergência	Insurgência	Comentários
Ruas	Descanso e convivência			É pressuposto que ruas e calçadas sejam para descanso e convivência, porém o que é muito comum na cidade de Curitiba e gera certa divergência é a apropriação por parte de bares e clientes que ocupam as ruas e podem prejudicar o trânsito e causar acidentes, como também podem criar novos polos econômicos na cidade, por isso também se adequa à categoria de insurgência
	Circulação de pedestres			É pressuposto que ruas e calçadas sejam para circulação de pedestres
	Acesso ao transporte público			É pressuposto que ruas e calçadas deem acesso ao transporte público
	Circulação de veículos			É pressuposto que ruas e calçadas sejam para circulação de veículos
	Comércio formal			É pressuposto que ruas e calçadas possuam comércio e oferta de serviços
	Comércio informal			Acontece nos momentos de congestionamento de forma divergente e em formatos de eventos musicais e gastronômicos na categoria de insurgência
	Manifestações		Manifestações	É pressuposto que manifestações aconteçam nas ruas da cidade de forma planejada e também espontânea, por isso também está inserida na categoria insurgente
	Comércio e utilização de produtos ilícitos			Prática comum em espaços públicos, mas que é proibida por lei
	Ocupação por moradores de rua			Os espaços públicos que estão sendo estudados não possuem estrutura para moradia, dessa forma, se encaixam na categoria de divergência
			Revitalização de espaços ociosos	Prática comum nas áreas públicas das cidades brasileiras, onde ocorrem transformações de espaços ociosos e degradados, propensos a receber atividades ilícitas
			Recuperação de espaços degradados	Prática comum nas áreas públicas das cidades brasileiras, onde ocorrem transformações de espaços ociosos e degradados, propensos a receber atividades ilícitas

Dessa forma, pode-se concluir que, ao se ter pessoas na rua, qualquer tipo de efervescência pode emergir (Netto, 2018). Poderemos, portanto, nos aproximar da ideia do exercício cotidiano e o potencial convívio e troca de experiências que a cidade e seus espaços públicos podem oferecer. Espaços planejados ou não, estão sendo apropriados e diversas atividades podem ser vistas em diferentes cenários da cidade contemporânea. A busca pelo direito a cidade e o senso de interação social colaboram com os condicionantes legais e regras urbanas que orientam a produção do espaço urbano.

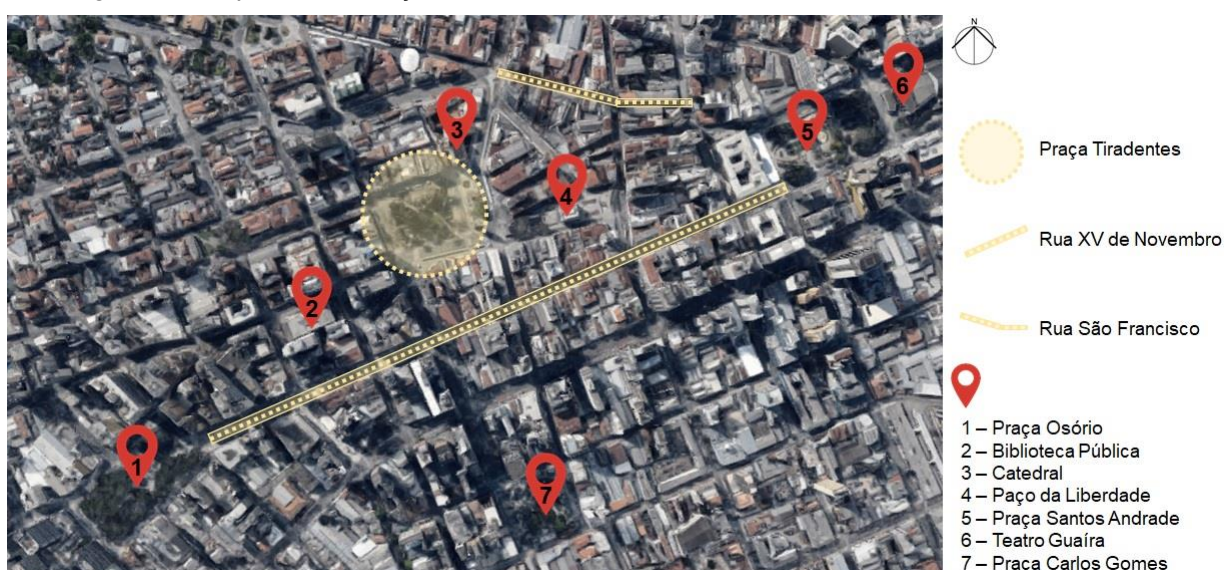
No próximo capítulo são analisados alguns casos específicos na cidade de Curitiba, Paraná. Seu objetivo é o de discutir como as apropriações podem contribuir para mudanças no cenário de uma cidade e o de argumentar que a ressignificação dos espaços pelos sujeitos nem sempre está vinculada a um problema, interesse particular, individual ou de vandalismo. Ao contrário, intenciona-se argumentar que essa ressignificação pode, muitas vezes, representar uma reordenação que satisfaz a interesses maiores da sociedade.

4 ESTUDO DE CASO

No contexto brasileiro, observa-se uma progressiva limitação de espaços livres públicos nas regiões mais densas das cidades a serem usufruídos pela população em atividades comunitárias, de lazer, e ao ar livre. Esse cenário resulta de um processo imobiliário seletivo e de uma limitação da gestão pública – e de seu planejamento – em fazer valer suas diretrizes de uso e ocupação. Tal limitação implica, conforme visto no referencial teórico, uma distribuição marcante entre o “planejado” e o “vivido”.

Neste contexto, este estudo empírico discute três casos na cidade de Curitiba/PR, todos na sua área central: Praça Tiradentes, Rua XV de Novembro e Rua São Francisco, que com características distintas, estão inseridas nas tipologias de apropriações expostas no capítulo anterior. Inicialmente, é apresentada uma contextualização das áreas públicas selecionadas a partir de um breve panorama histórico das suas transformações ao longo do tempo. Em seguida é feita uma análise de como esses espaços estão sendo ocupados hoje, a partir deste levantamento, é possível verificar se o seu uso é compatível com aquilo que a gestão projeta para cada compartimento selecionado.

Figura 1 - Mapa de localização dos estudos de caso e seu contexto urbano



Fonte: Google Maps, editado pela autora (2019).

Este estudo demonstra que as apropriações do espaço urbano passam por constantes ressignificações e, que envolvem questões de domínio expressas por meio de intervenções urbanas, tanto da gestão como revitalizações de áreas degradadas, mas também por meio de apropriações espontâneas da população. Este pesquisa busca identificar as categorias de tais apropriações já apresentadas no capítulo anterior em cada um dos compartimentos. Para tanto, é desenvolvida uma análise da interação pessoa-ambiente, onde é possível identificar se o seu uso é de convergência, divergência ou insurgência.

4.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa buscou identificar os efeitos das interações sociais e relação dos atores com os espaços públicos e seu entorno, revelando dinâmicas e diversidades das práticas sociais.

Para analisar os usos cotidianos, sua relação com o ambiente e os conflitos gerados pelos mesmos, no processo de apropriação dos espaços públicos selecionados, a pesquisa se baseou em intepretações da interação entre a vida pública e o espaço público.

O método de observação é ponto inicial para esta análise. Diversos autores desenvolveram uma metodologia de observação no ambiente urbano, revelando modos de pesquisar e cuidados a serem tomados na compreensão do objeto de pesquisa. Entre eles destacam-se Lynch (1984), Zeisel (2006), Gehl e Svarre (2013) e Uriarte (2013), que em suas pesquisas apresentarem diversas técnicas de observação e registros no espaço público.

Existem diversas maneiras de pesquisa e métodos de observação que podem ser usados para a análise de uso e apropriação do espaço público nas cidades. No entanto, neste estudo o principal questionamento é como os compartimentos selecionados vem se comportando com o decorrer dos anos, como a gestão, através das revitalizações vem repensando esses espaços e como, de fato, as pessoas usam-no e a sua relação com o ambiente urbano. Por isso, o método de observação

direta, que proporciona a análise pessoa-ambiente se mostrou de grande importância para o estudo empírico.

Para Vicente Del Rio (1990), os autores Kevin Lynch (1918-1984) e Gordon Cullen (1914-1994), foram pioneiros nas pesquisas sobre a Percepção Ambiental. Em seus estudos, os pesquisadores consideraram que os atributos físicos do meio ambiente influenciariam sobre a percepção da sociedade, ou seja, que a partir das percepções sobre seu entorno imediato e sua memória a população reconheceria certas qualidades ambientais e formaria imagens mentais sobre elas. O principal método de análise da percepção ambiental são os mapas mentais, que se referem a imagens mentais de lugares.

Já as pesquisas sobre os usos dos espaços em sua relação com o ambiente não dependem da percepção das pessoas e, para o objetivo aqui proposto, essa abordagem de campo se mostra mais apropriada. Para Del Rio (1990), os estudiosos desse campo defendem que a ação do ser humano é diretamente ligada à situação, ou seja, o ambiente em que ele se encontra.

Na esfera da observação pessoa e ambiente, Uriarte (2013) e Zeisel (2006) listaram alguns aspectos que devem ser pontuados na observação comportamental. Uriarte (2013) colabora com uma perspectiva metodológica derivada de um campo específico da antropologia: a etnografia. Para a autora, observar a cidade conscientemente é perceber “microespaços” que correspondem aos usos e hábitos manifestados na cidade, que devem ser vistos “de perto e de longe”, mas como um todo. Apesar de a etnografia ir além do que se propõe, por estar mais estreitamente ligada com os atores sociais e os lugares, a autora oferece importantes subsídios para a observação direta do meio urbano. Outro autor importante nessa discussão é Zeisel (2006). Para esse pesquisador, observar o comportamento revela informações importantes sobre os indivíduos que estão utilizando os espaços, as suas relações com outras pessoas e com o ambiente. Ou seja, “na observação comportamental, em certas configurações espaciais, geram-se dados sobre as atividades humanas e as relações ambientais necessárias para sustentá-las” (ZEISEL, 2006, p. 191). Ainda segundo o autor, a observação comportamental também possibilita identificar os atores e grupos sociais que estão se apropriando dos espaços públicos, qual a sua faixa etária, se as formas de convivência e

interação social expressam o domínio público (VALERA, 2007; FRÚGOLI JR, 1995). Todavia, para que todos esses elementos sejam analisados, o método de observação pessoa/ambiente requer instrumentos e técnicas para sua realização, conforme apontou Zeisel (2006).

A partir de estudos consolidados, a pesquisa empírica construiu-se a partir do uso de três técnicas principais de observação e registro: mapa comportamental de uso e percurso, observação direta e método de pesquisa documental, e para apoiar o estudo, os instrumentos utilizados foram diário de observação e fotografia.

O mapa comportamental de uso e percurso é a principal técnica utilizada nesta dissertação. Segundo Sommer e Sommer (2002), essa técnica é utilizada nas ciências sociais para gravar as ações e locações das pessoas em um espaço. É um documento empírico que demonstra onde e quais comportamentos ocorrem, possibilitando analisar criticamente como as pessoas usam o espaço planejado. Sendo assim, o método demonstra-se importante para a presente pesquisa, pois permite compreender a relação entre os usos - as ações das pessoas - com o ambiente construído e suas funções. Ou seja, compreender se o ambiente planejado é correspondente aos usos que realmente se dão nele.

Ainda segundo Sommer e Sommer (2002), na construção dos mapas comportamentais de uso, o pesquisador grava apenas os itens prontamente observáveis, como sexo, idade, se a pessoa está sozinha ou em grupo e o que ele ou ela está fazendo. Cada pessoa é demarcada no mapa, permitindo sua contagem, ferramenta importante apontada por Gehl e Svarre (2013) para os estudos da vida pública, pois possibilita comparações entre outros lugares ou outros momentos da rua.

O principal instrumento de mapeamento comportamental é o “diário de observação”, que possibilita registros e anotações sobre mapas pré-elaborados do ambiente de pesquisa, que nele estão contidos. Além disso, permite registrar detalhes que não podem ser demarcados por imagens, como a interação social e distância entre as pessoas, pequenos acontecimentos, qual o contexto do entorno e dos usos. (GEHL & SVARRE, 2013).

A despeito de uma reconhecida importância do mapeamento comportamental como ferramenta para analisar os usos dos espaços públicos, Del Rio (1990) alerta para uma limitação que diz respeito ao fato de serem normalmente desenvolvidos para espaços relativamente limitados (como o quarteirão).

Outra técnica possível utilizada é a observação direta. Segundo Lakatos e Marconi (2008), essa técnica “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar os fatos e fenômenos que se deseja estudar”. Zeisel (2006) ponderou sobre os cuidados na maneira como essa observação deve ser feita – participante, direta, dinâmica, intrusa.

Uriarte (2013) também reiterou que é preciso um olhar disciplinado para ver a cidade: um olhar consciente, de pedestre lento; perseverante, que leva um tempo para perceber; um olhar em que os diversos sentidos estejam interligados, para presenciar a rua; e um olhar de estranhamento, capaz de instaurar uma distância. Para a autora, o que observamos também é relativo à nossa posição no espaço e, para captar todos os nuances de uma pesquisa social, há necessidade de observar por vários ângulos, através de uma observação de cima e de longe (como de um edifício, por exemplo), conectada com uma observação da proximidade estática e móvel de baixo (da própria rua). Conforme Gehl e Svarre (2013) pontuaram, a fotografia é frequentemente utilizada nas pesquisas sobre a vida pública para ilustrar situações e a interação entre a forma a vida pública. Além disso, possibilita recuperar informações que podem ter sido omitidas durante o mapeamento comportamental.

Uma importante informação que a observação direta pode fornecer a como se dão os contatos e níveis de interação entre as pessoas. Esse nível, segundo Hall (2006) e Gehl (2015), depende da distância entre as pessoas, que possibilita ou não que nos comuniquemos com ela através dos nossos sentidos.

O método de pesquisa documental também é utilizado nesta pesquisa conforme análise de conteúdo de notícias selecionadas em jornais e sites. Tendo em vista as constantes transformações sociais e culturais, Gil (2008) afirmou que em uma pesquisa social não basta apenas observar as pessoas e interrogá-las acerca

de seu comportamento, é preciso conhecer alguns fenômenos já passados, que além de oferecerem um conhecimento mais objetivo da realidade, evitam constrangimentos dos sujeitos de pesquisa. Consequentemente, a pesquisa documental possibilitará identificar os conflitos explícitos pelos usos das ruas, que não são visíveis prontamente durante a pesquisa empírica, porém são essenciais para a compreensão do fenômeno.

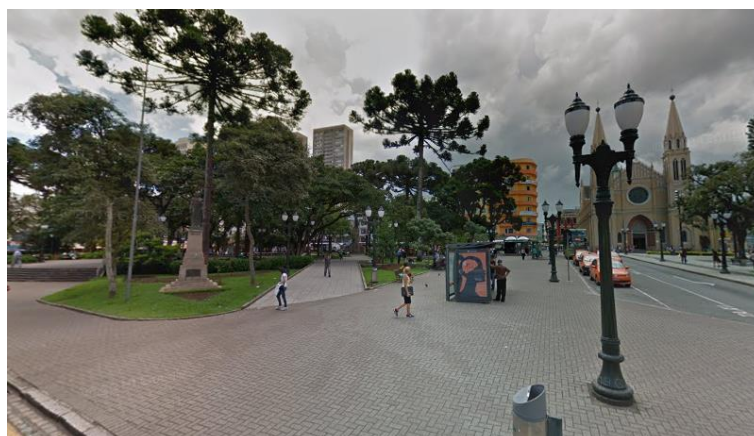
Em conclusão aos apontamentos metodológicos, reitera-se a importância dos multimétodos para a abordagem proposta, que segundo Günter et al. (2011) proporcionam um “conhecimento abrangente do objeto de estudo e das dimensões que atuam em sua definição”. Portanto, os métodos de observação pessoa/ambiente, juntamente com o de método documental, ofereceram uma gama significativa de dados sobre o fenômeno de apropriação, possibilitando uma análise rica aos estudos urbanos.

No caso dos três compartimentos escolhidos para esta dissertação, a aplicação das três técnicas mostrou-se rica em termos de resultados obtidos. A partir de um ponto fixo para análise das pessoas nos compartimentos em dois horários diferentes, um na parte da manhã e outro na parte da tarde, foram escolhidas pessoas aleatoriamente para serem acompanhadas por um período em média de 5 minutos. Com isso obteve-se material para uma análise do uso que a pessoa faz do espaço, e posterior categorização dentro das tipologias de apropriações já apresentadas. O resultado desse processo pode ser demonstrado em gráfico de uso dos compartimentos na área central da cidade de Curitiba possibilitando a análise de compatibilidade entre uso e produção do espaço público.

4.2 PRAÇA TIRADENTES

A Praça Tiradentes é o local a partir de onde a cidade de Curitiba se desenvolveu. A praça já teve o nome de Largo da Matriz e Dom Pedro II e, por fim, ficou conhecida como Praça Tiradentes a partir de 1889. Está localizada naquele que é reconhecido como marco zero da cidade, possui área de 9.206 m² e está inserida no centro do município de Curitiba.

Figura 2 - Praça Tiradentes, 2019



Fonte: Google Street View.

Gabardo (2004) ressalva a importância de compreender a evolução histórica de um lugar para obter informações sobre os momentos lá vividos e, assim, reconhecer as transformações ocorridas no decorrer do tempo. Dessa forma, o espaço urbano vai sendo dotado de significados pelos seus usuários e passa a compor a memória e a identidade urbana. Logo no início do povoamento, a região em que hoje está a Praça Tiradentes passou a ser a região central: ponto de encontro e de comércio. A população tinha a praça como destino em função das missas e do comércio que vinha se estabelecendo na região. A centralidade geográfica da praça, somada à importância do comércio e da Catedral, fez do Largo da Matriz, e posterior Praça Tiradentes, o principal espaço utilizado em cerimônias, festividades e manifestações populares, “a Praça da Matriz sempre foi o principal ponto de referência. Como núcleo central, os eventos mais importantes aí se desenrolavam” (Boletim Informativo da Casa Romário Martins, 1997, p.55).

Os bondes chegam ao local em novembro de 1887. Com a proclamação da república em 1889, o Largo passa a se chamar Praça Tiradentes. Reformas como o nivelamento de piso, calçamento, aterramento e encanamento estavam sendo previstos e também, o plantio de árvores. A Praça Tiradentes, juntamente com a cidade, passou por grandes transformações no século XIX, a questão da salubridade era prioridade e com isso a reestruturação da Praça e a preocupação com áreas verdes tornaram-se fundamentais nessa nova maneira de conceber a cidade, assim “o urbano instaurou-se onde antes era a cidade, e o espaço público transformou-se

em puro espaço de circulação” (Boletim Informativo da Casa Romário Martins, 1997, p. 08).

Figura 3 - Estação de bondes construída em 1934



Fonte: Casa da Memória

Figura 4 - Praça Tiradentes, em Curitiba, Paraná, em 1934



Fonte: Berberi & Sutil

Embora inúmeras reformas tenham sido feitas, a Praça Tiradentes entra na década de 1930 com obras inacabadas e ares de abandono. Na década de 40, Curitiba sofreu um grande crescimento demográfico. Neste mesmo período, o prefeito encomendou à firma Coimbra Bueno & Cia Ltda um plano de urbanização da cidade, tendo Alfred Agache como urbanista responsável. Para os profissionais

envolvidos, a Praça Tiradentes não possuía forma definida, mas devido a sua importância histórica, ela manteve seus traçados originais.

Figura 5 - Antiga estação de bondes na década de 30



Fonte: Casa da Memória

Figura 6 - Plataforma da estação de bondes em meados da década de 1940



Fonte: Casa da memória

O desenho elaborado pela equipe do Plano Agache mantinha a mesma configuração espacial da praça: uma grande área rodeada por vias de tráfego e outro espaço menor, em frente à Catedral.

Figura 7 - Praça Tiradentes no Plano Agache



Fonte: Casa da Memória

Nos anos 50, a cidade sentia as mudanças trazidas pela modernidade, mas a Praça Tiradentes, local mais movimentado e um dos mais antigos de Curitiba, mantinha-se resistente ao progresso. Com o crescimento do município e o surgimento de novos espaços públicos, a praça deixou de ser o único espaço destinado a manifestações populares e festividades.

Figura 8 - Ônibus, carroças, carros e estação de bondes no início dos anos 50



Fonte: Casa da Memória

A partir da década de 1960, esses usos tiveram como principais palcos o Centro Cívico e a Rua XV de Novembro. Dessa forma, a Praça Tiradentes entra na década de 60 transformada em corredor de transporte. Desde a chegada dos bondes elétricos a praça foi terminal do transporte coletivo e por isso teve a direção das suas vias alteradas na medida em que o tráfego de automóveis e pedestres

aumentava. Na década de 70 a praça passou por modificações, tendo sempre como objetivo melhorar o fluxo no local, separando os veículos particulares dos coletivos.

Nos anos 80, a praça, fadada a terminal aberto de transporte coletivo, ganha novos abrigos de ônibus, reconstrução de meios-fios, calçadas e nivelamento do piso em petit-pavê. Nos anos 90, ao que parece na tentativa de devolver a Praça aos cidadãos, foi ampliada a área de circulação de pedestres em frente à Igreja e o tráfego de automóveis particulares foi interditado. Historicamente, junto com a Rua XV de Novembro, a Praça Tiradentes era o núcleo comercial de Curitiba, tornando-se assim percurso obrigatório dos curitibanos que passavam pelo centro. Esta realidade foi modificada com a expansão da cidade, a criação de pequenas áreas comerciais nos bairros e o surgimento dos Shoppings Centers (CASA ROMÁRIO MARTINS, 1997). Na mesma época, a Praça Tiradentes recebeu um reforço de linhas de ônibus, passando a ter 19 linhas (JORNAL DO ESTADO, 1994).

Figura 9 - Praça Tiradentes e linhas de ônibus nos anos 90



Fonte: Casa da Memória

A grande quantidade de intervenções e propostas para a Praça Tiradentes, demonstra de que forma este espaço foi se constituindo, historicamente, como um lugar importante para a cidade e para os cidadãos que a vêem como um elo entre o passado e presente, palco para manifestações, local de passagem, ponto de parada de ônibus e espaço para a contemplação.

Sua última grande intervenção ocorreu em 2008, quando teve seu traçado reformulado, de modo a restaurar o desenho original e garantir acesso aos deficientes por meio de rampas e do emprego de calçamentos regulares, além da colocação de iluminação especial e piso. Durante as obras, foram encontrados trechos de um calçamento central datado da segunda metade do século XIX. Com o objetivo de manter a visibilidade destes, foram empregados pisos de vidro e iluminação própria.

Figura 10 - Piso de vidro mostrando calçamento original



Fonte: Tribuna PR

4.2.1 ANÁLISE DA PRAÇA TIRADENTES PELAS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS SELECIONADOS

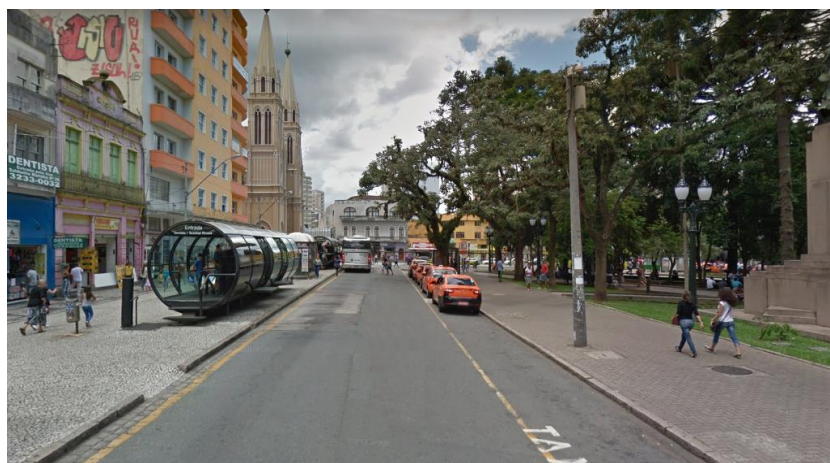
A Praça está localizada em uma região que pode ser apontada como um importante polo de atração que atende a população de toda Curitiba e Região Metropolitana. É cercada por pontos de ônibus, estações tubo e pontos de táxi. O uso do entorno tem como característica principal, a oferta de comércio e serviço, o que colabora para o seu caráter de passagem, embarque e desembarque de pedestres e intensa circulação de automóveis.

Figura 11 - Pontos de ônibus ao redor da Praça Tiradentes



Fonte: Google Street View, 2019.

Figura 12 - Estações tubo e pontos de táxi ao redor da Praça Tiradentes



Fonte: Google Street View, 2019.

Em consequência da sua mais recente reforma, na qual os caminhos foram elevados em relação ao solo para evitar o corte das árvores preexistentes e não danificar os vestígios de calçamentos históricos, as calçadas apresentam forma bastante regular, permitindo acessibilidade universal. A praça é bem servida de infraestrutura, possuindo postes de iluminação artificial distribuídos ao longo dos caminhos e refletores posicionados, de modo a ressaltar os monumentos com iluminação cênica noturna e bancos estão dispostos ao longo dos caminhos que permeiam os canteiros. Existem ainda bancas posicionadas próximas às esquinas e entre as estações-tubo, locais em que a circulação de pedestres é mais intensa.

O mapa a seguir ilustra a Praça Tiradentes e suas ruas imediatas, onde este trabalho se aplica. A delimitação do estudo em questão se dá no limite da Praça, somente onde transitam pedestres. O levantamento a seguir identifica os usos que

acontecem na praça e permite reconhecer se as atividades são as mesmas desde a sua criação ou então, qual sua nova função na cidade contemporânea.

Figura 13 – Mapa de localização da Praça Tiradentes



Fonte: Google Maps, editado pela autora (2019).

Esta análise tem como objetivo identificar as atividades que acontecem na Praça Tiradentes e classificá-las nas categorias de apropriação, possibilitando a análise de interação do planejamento urbano através da gestão e o que de fato acontece a partir da ocupação de seus frequentadores.

A análise se deu a partir dos dados recolhidos em pesquisa de campo em um ponto da praça com visão para o seu interior e sua área perimetral, conforme mapa, em dois horários diferentes, um no período matutino e outro no período vespertino. O levantamento foi feito a partir da observação direta das pessoas e suas atividades na praça por um curto período de tempo.

O ponto de observação se localiza em uma área arborizada e provida de mobiliário urbano, sendo possível também a visualização das áreas onde se encontram as estações tubo e pontos de taxi. Além do ponto de visão para a análise, foram eleitos dois diferentes horários, às 09h00 na parte da manhã e às 15h00 na parte da tarde em um dia de semana. Abaixo tabela com dados levantados.

Quadro 4 - Contagem de pessoas escolhidas para análise na Praça Tiradentes

LOCAL	PONTO DE ANÁLISE	
QUEM	MANHÃ 9H00	TARDE 15H00
Crianças	5	7
Jovens	17	24
Adultos	29	26
Idosos	13	14

Fonte: A autora, 2019

Quadro 5 - Contagem dos usos identificados em análise na Praça Tiradentes

LOCAL	PONTO DE ANÁLISE	
APROPRIAÇÃO	MANHÃ 9H00	TARDE 15H00
Circulação de pedestres	23	25
Transporte público	17	22
Descanso e convivência	17	14
Apresentações	1	1
Comércio formal	1	1
Comércio informal	2	3
Ocupação irregular	3	5

Fonte: A autora, 2019

Quadro 6 - Atividades observadas e categorias de apropriação na Praça Tiradentes

ATIVIDADE OBSERVADA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CATEGORIA DE APROPRIAÇÃO
Circulação de pedestres	Grande circulação de pessoas cruzando a praça sem permanência	Convergente
Transporte público	Equipamento de parada de ônibus e pessoas no embarque e desembarque	Convergente
Descanso e convivência	Uso ocasional	Convergente
Apresentações	Músicos se apresentando	Insurgente
Comércio formal	Comércio que se dá nas ruas	Convergente

	com frente para a Praça Tiradentes e bancas de revistas regularizadas	
Comércio informal	Ambulantes	Divergente
Ocupações irregulares	Moradores em situação de rua e uso de drogas	Divergente

Fonte: A autora, 2019

De acordo com os dados levantados, a praça apresenta uma dinâmica típica dos espaços públicos da área central de Curitiba, recebendo atividades convergentes com a sua definição, com expressivo fluxo de pedestres e veículos, nesse caso dando acesso ao transporte público. A praça recebe usuários de perfil bastante diversificado, mas em sua maioria, jovens e adultos que utilizam o espaço para circulação e acesso ao transporte público. Foi levantado também um número expressivo de idosos, que usam a praça para descanso e convivência, procurando áreas sombreadas e fazendo uso do mobiliário urbano, foram os usuários que por mais tempo se mantiveram no interior da Praça, geralmente em grupos de mais de duas pessoas. Também foi possível identificar pessoas deitadas nos canteiros, bancos e pisos elevados, mas não necessariamente moradores em situação de rua.

Durante o período de levantamento de dados, não foi identificada nenhuma atividade física ou ligada a qualquer tipo de esporte. Crianças estavam sempre acompanhadas dos seus pais e não exerceram nenhuma atividade além de circulação e acesso ao transporte público.

O levantamento do fluxo de pedestres demonstrou que a grande maioria dos frequentadores se utilizava da praça como meio de ligação entre diversos pontos da cidade. Porém essa conexão se dá pelo seu perímetro. O entorno da Praça confirma seu histórico de atividades, grande oferta de moradias, comércio, serviços e ampla quantidade de linhas de ônibus, incluindo a linha de turismo.

Segundo Robba & Macedo (2003, p. 39), “[...] tais usos de integração e articulação com as atividades da comunidade deram às praças um caráter de espaço centralizador muito forte e aumentaram sua visibilidade”, ampliando a valorização do espaço público e criando novas formas de apropriação pela

população. Apesar da praça assumir um caráter de circulação, ainda foi possível identificar uma apresentação musical em cada período do dia, evidenciando o caráter de espaço para cultura e lazer e abertura para apropriação de outras atividades.

Figura 14 - Praça Tiradentes em 2019



Fonte: A autora, 2019

Figura 15 - Praça Tiradentes em 2019



Fonte: A autora, 2019

Vale ressaltar ainda a apropriação do espaço da praça para práticas consideradas divergentes, como o comércio informal, uso de produtos ilícitos e ocupação por moradores em situação de rua, utilizando-se dos canteiros, árvores e espaços sob os pisos elevados para se abrigarem e guardarem seus pertences. Em pesquisa, foi constatado que eles não passam a noite no local devido a restrições municipais. Como os abrigos da prefeitura são disponibilizados somente durante a noite, eles permanecem durante o dia andando pelas ruas ou descansando nas praças, e a Praça Tiradentes é um desses destinos.

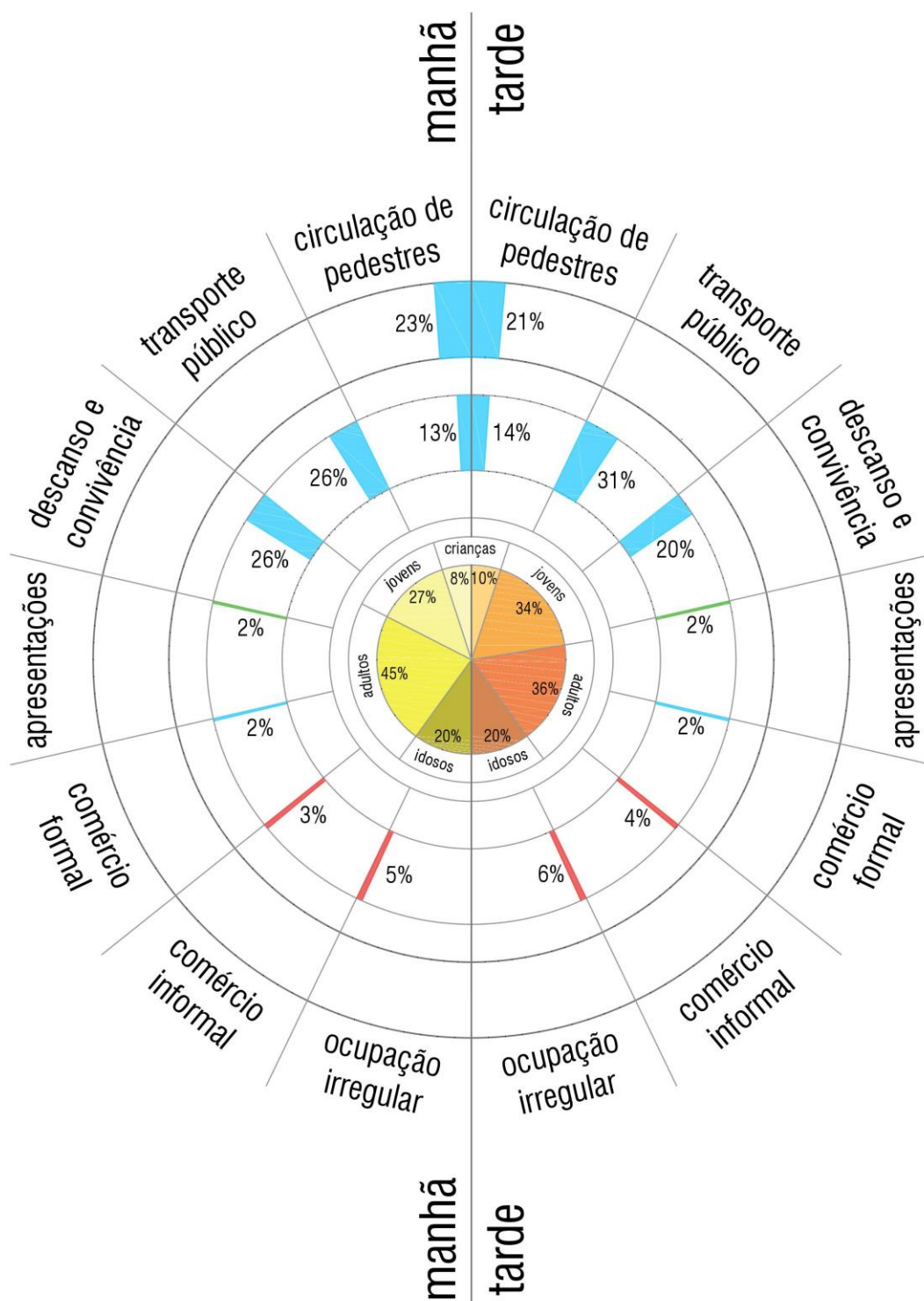
Figura 16 - Comércio irregular na Praça Tiradentes



Fonte: A autora, 2019

O gráfico a seguir apresenta o resumo de todas as informações coletadas, sendo possível identificar o padrão dos frequentadores da praça, categorizados pela sua idade aparente e as atividades exercidas durante o período de permanência da autora no local. O gráfico confirma seu uso convergente, considerando que a praça já tem como característica um local para embarque e desembarque de ônibus. Também é possível identificar, mesmo que em número menor, usos insurgentes e divergentes.

Figura 17 - Gráfico síntese de uso e apropriação da Praça Tiradentes



Fonte: A autora, 2019

Através desta leitura, pode-se considerar que o uso da praça está vinculado ao seu contexto socioespacial. Como no início da sua formação, quando os espaços para convivência pública ainda eram insuficientes na cidade de Curitiba, a praça foi palco de vários eventos e manifestações, conforme dados históricos apresentados. No contexto atual, a praça perdeu grande parte do seu caráter de centro de manifestações cívicas para a Boca Maldita na Rua XV de Novembro e outros espaços na cidade como a Avenida Cândido de Abreu.

Para Zeisel (2006, p. 173), “[...] as pessoas mudam as configurações dos espaços a fim de facilitar suas atividades, podendo remover ou acrescentar coisas”. No cenário de vida atual, as pessoas fazem adaptações do uso original dos espaços públicos a fim de atender às suas necessidades. A observação, de que os usos da praça podem se alterar e se adaptar, confirma a concepção do espaço como produto social e enquadra a Praça Tiradentes dentro dessa lógica, aproximando-a do conceito lefebvriano de espaço vivido; ou seja, ao mesmo tempo em que a praça atende à lógica do espaço concebido, conforme atestado nas observações anteriores, sua apropriação é adaptada de acordo com a experiência diária e as variadas demandas de seus usuários, o que pode diversificar seus usos e maneiras de apropriação para além daqueles originalmente concebidos, dando margem a uma maior variedade de interações sociais e vivências.

Sendo assim, essa propriedade da praça central do porte e configuração da Tiradentes, de adaptabilidade e flexibilidade de usos, é um dos seus atributos mais importantes e pode ser parcialmente considerada como responsável por sua apropriação, hoje, principalmente como terminal de ônibus e elo de conexão da cidade, mas ainda abrigando atividades como apresentações artísticas, que tendem a tornar mais prazerosa a experiência de quem passa pela Praça Tiradentes.

A importância da Rua XV de Novembro pode ser observada nas descrições de Duarte (2002). *“Local onde se concentrava o maior número de construções e também as edificações de maior relevância no contexto da época”*. (DUARTE, 2002, p.29). Foi durante a década de 1880 que a Rua XV de Novembro passou pela sua primeira mudança de nome. Com a visita de Dom Pedro II e sua esposa, a rua passou a se chamar rua da Imperatriz, e a atual Marechal Deodoro, naquela época passou a chamar rua do Imperador. E, foi com a proclamação da República, em 1889, que recebeu o nome de rua XV de Novembro.

Figura 19 - Rua XV de Novembro em 1896



Fonte: IPPUC

No mapa a seguir, é possível observar os usos presentes nas edificações de frente para a Rua XV de Novembro no final do século XIX. É notável a grande variedade de atividades desenvolvidas nas diversas edificações. A denominação “outros”, em sua maioria, correspondia aos usos residenciais.

Figura 20 - Mapa do uso do solo na Rua XV de Novembro no final do século XIX



Fonte: Casa Romário Martins, 1996

Ao final do século XIX, a Rua XV de Novembro, se apresentava como um espaço urbano e social de muita importância. Como se observou nos registros de 1850, 1857 e 1894 o seu desenvolvimento aconteceu juntamente com todo o tecido da cidade, tornando-se elemento significativo no contexto urbano. Além disso, começa a surgir como espaço com diferentes usos em suas construções, favorecendo a sua intensa apropriação pública.

Além das atividades que já abrigava, de interação social, o comércio que se concentrava no entorno da Igreja Matriz e nas ruas ao seu redor passaram a se expandir para toda a Rua XV de Novembro, sendo caracterizada como rua das lojas de vestuários, alfaiatarias, livrarias, cafés, restaurantes e também o local para a realização de eventos públicos. Era comum que ocorressem procissões, desfiles cívicos e blocos carnavalescos, além de também receber manifestações políticas e sociais, como é possível observar a seguir.

Figura 21 - Rua XV de Novembro, carnaval de 1902



Fonte: IPPUC

Durante as décadas de 1920, 1930 e 1940 a Rua XV de Novembro passa a receber um grande número de pessoas por conta dos seus cinemas e cafés. Na década de 30, a Universidade Federal do Paraná passa a ter sua sede na praça Santos Andrade, praça que à leste da cidade é uma das delimitações da Rua XV de Novembro.

Em relação ao seu tráfego, nas imagens a seguir, observa-se a Rua XV de Novembro em dois períodos, em 1924 quando ainda circulavam os bondes elétricos e em 1933, já com os automóveis que ocupavam uma das principais vias da cidade.

Figura 22 - Rua XV de Novembro no período dos bondes elétricos



Fonte: Veracidade, 2004

Figura 23 - Rua XV de Novembro em 1933



Fonte: IPPUC

Figura 24 - Movimento diário na Rua XV de Novembro, 1940



Fonte: IPPUC

Em 1943, a cidade de Curitiba teve o marco inicial dos Planos Diretores, quando o urbanista francês Alfred Agache elaborou o “Plano Agache”, na busca de dar ordenamento ao espaço urbano da cidade, para resolver problemas nas áreas de saneamento, descongestionamento do tráfego urbano, dos órgãos funcionais com a centralização dos edifícios para a sede do governo do estado, como também um planejamento urbano prevendo a expansão e crescimento da cidade de forma ordenada. Previa também, sistemas viários em círculos concêntricos, avenidas radiais, perimetrais e diametrais como forma de ordenar o crescimento do sistema viário da cidade (MENEZES, 1996).

Para a Rua XV de Novembro, o Plano Agache propunha que a mesma fosse delimitada por edifícios rentes às calçadas em ambos os lados, encostados nas divisas dos lotes, buscando proporcionar galerias cobertas no nível da rua.

Ao final da primeira metade do século XX, a mancha urbana da cidade de Curitiba se estendeu além da área central, atingindo as regiões sul e sudoeste. Com a consolidação da área central, abrigando cada vez mais atividades, a Rua XV de Novembro adquiriu mais importância no contexto urbano da cidade devido à sua localização extremamente central, e também pela proximidade com outros elementos urbanos como parques, praças e estação ferroviária, sendo assim, a Rua XV de Novembro afirma sua condição de abrigar a vida urbana da população, servindo de circulação, convivência e realização de eventos públicos.

Figura 25 - Rua XV de Novembro na década de 50 recebendo eventos esportivos



Fonte: Duarte, 2002

Figura 26 - Rua XV de Novembro na década de 50 recebendo concurso de beleza



Fonte: Duarte, 2002

Figura 27 - Rua XV de Novembro na década de 50 com manifestações políticas



Fonte: Duarte, 2002

Na década de 1960, foi quando aconteceu o ápice dos congestionamentos, justamente na área central da cidade. A Rua XV de Novembro também recebia diversas linhas do transporte público no sentido leste-oeste. Dessa maneira, o trânsito refletia de forma negativa nas vendas do comércio da região, o que teve grande influencia em acelerar o fechamento da via para o trânsito de veículos. Devido às condições que esta via pública vinha sendo utilizada, a Prefeitura Municipal de Curitiba achou que estava no momento certo para implementar o já previsto e planejado fechamento desta via pública ao tráfego de veículos (COELHO, 2008).

Ainda na década de 60, a empresa paulistana Serete é contratada para elaborar um novo projeto de planejamento urbano para a cidade. Sob a direção de Jorge Wilhelm e de uma equipe técnica da prefeitura o plano é desenvolvido, sendo caracterizado pelo direcionamento da expansão urbana, integrando transporte coletivo, uso do solo e sistema viário. Juntamente com o desenvolvimento do plano, a assessoria técnica da prefeitura, se torna oficialmente o IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Em 1965 surge o plano diretor da cidade, a partir do plano preliminar de urbanismo da empresa Serete e de Jorge Wilhelm.

Com relação ao centro da cidade, o Plano Wilhelm previa a criação de um anel de tráfego, isolando a região, e obrigando os grandes fluxos a tangencia-la (DUDEQUE, 2010). A ideia seria liberar o centro da cidade mais para o pedestre,

mais espaço para o lazer urbano, além de mais uma vez, dentro da história da cidade, tentar resolver o problema do congestionamento (DUDEQUE, 2010).

Chegando à década de 70, período que é marcado pela administração municipal do arquiteto Jaime Lerner junto com Abrão Assad, juntos colocam em prática a revitalização da Rua XV de Novembro, com base no plano diretor da cidade que previa dar mais espaço público aos pedestres. Assim nasceu a “Rua das Flores”, um grande calçadão para ser ocupado pela população. Um local que abrigaria diversas funções: sociais, econômicas, políticas e culturais. O calçadão serviria ainda para unir duas das principais praças do centro da cidade. As praças Osório e Santos Andrade.

Em 18 de maio de 1972, a prefeitura municipal inicia o processo de transformação da Rua XV de Novembro no primeiro calçadão do país, conforme previa o Plano Wilhelm, sobre a destinação de mais área no centro da cidade para os pedestres. O primeiro trecho fechado para o trânsito de veículos foi entre as ruas Dr. Muricy e Marechal Floriano Peixoto. Meses depois o fechamento se prolongou até a Rua Barão do Rio Branco e, no ano seguinte, até a Rua Presidente Faria.

Jaime Lerner expressa como conduziu a remodelação para a Rua XV de Novembro:

Ainda me lembro de que, ao divulgar o projeto, a reação dos comerciantes foi contrária e muito forte. Sabíamos que a ideia era de difícil execução, pois a obra poderia ser interrompida por demandas judiciais. Era imperioso que o trabalho fosse rápido, muito rápido. [...] consegui um acordo para um prazo de 72 horas. Começaríamos numa sexta-feira à noite e entregaríamos a obra à população na segunda-feira à noite. Caso o povo não aprovasse a mudança, sempre poderíamos restabelecer o que havia antes. Mas era necessário que a população visse a obra completa. E assim foi feito. No dia seguinte à inauguração, um dos comerciantes que encabeçavam um abaixo assinado contra o projeto apresentou-me um novo pedido: que as obras continuassem e abrangessem mais regiões. (LERNER, 2005, p.104).

Apesar do Plano Agache da década de 40 ter delimitado o bairro e o conjunto arquitetônico denominado Centro Cívico, com a intenção de que se tornasse

também local da vida cívica, foi com o calçamento da Rua XV de Novembro que se propiciou a transformação do espaço para ser o principal local de manifestações cívicas da cidade. A “Boca Maldita” (antiga Cinelândia) e a tribuna livre, era o ponto de encontro da cidade.

Foi, portanto, durante a década de 70, que o espaço ganhou mais força como espaço cívico, de discussões e manifestações políticas. A constituição do espaço mais democrático da cidade se consolidaria no ápice da ditadura militar no país.

Figura 28 - Obras de calçamento da Rua XV de Novembro em 1972



Fonte: Acervo Fundação Cultural de Curitiba

As obras de remodelação da Rua XV de Novembro neste período levaram em conta quatro principais funções que a via sempre teve. A função social, a partir do lazer, ponto de encontro e troca de ideias. A função econômica onde tramitam os negócios, e as operações comerciais e financeiras. A função política, que segundo o arquiteto Abrão Assad, proporcionaria verdadeiras assembleias públicas de opinião. E a função cultural, englobando festivais e reuniões de grupos artísticos, científicos e esportivos (O Estado do Paraná, 1973).

Figura 29 - Foto aérea do “calçadão”, primeira quadra a se tornar pedonal



Fonte: Vercidade, 2004

Figura 30 - Dois momentos da Rua XV de Novembro. À esquerda em 1960 e em 2016 respectivamente



Fonte: IPPUC (1960) e Gazeta do Povo (2016)

Em março de 1974, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná tombou a fachada de todas as casas localizadas na Rua XV de Novembro, entre as Praças General Osório e Santos Andrade (Diário do Paraná, 1974).

A partir da década de 90, houve uma consolidação ainda maior do “novo centro” no bairro Batel. Neste período houve também a construção de diversos empreendimentos do tipo “shoppings centers” tanto na região central como nos bairros mais afastados. Dentre alguns desses empreendimentos estão, em 1996, o

shopping Curitiba, no bairro centro. Ainda em 1996 o shopping Crystal Plaza no bairro batel, em 1997, o Estação Plaza show, no bairro Rebouças (no local da estação ferroviária – neste período já desativada). Todos estes empreendimentos passaram a competir com espaços públicos da região central, por estarem localizados dentro de um raio muito próximo do núcleo central da cidade.

Durante a década de 90, o poder público cria a descentralização do poder, comércio e serviço através das “Ruas da Cidadania”, que ficariam distribuídas em toda a cidade, na busca de aproximar os serviços públicos e a população. Juntamente aos serviços municipais, a prefeitura da cidade cria diversos equipamentos públicos, como a Rua 24 horas, Pedreira Paulo Leminski, Ópera de Arame, Parques Tingui e Tanguá, Bosque do Fazendinha, Memorial Ucraniano e Bosque Alemão, que de certa forma tiram de foco elementos tradicionais de lazer e cultura como a Rua XV de Novembro e o Passeio Público.

Verifica-se na cidade de Curitiba, assim como em outras cidades brasileiras a identificação de outras centralidades para a população, sejam eles para serviços, negócios, habitação ou lazer, como a proliferação de shoppings e condomínios residenciais. A região central da cidade sofre uma situação de vulnerabilidade, principalmente com relação ao uso cotidiano do seu espaço público, devido às mudanças atribuídas à cidade contemporânea. Um dos principais espaços da cidade, a Rua XV de Novembro, foi uma das áreas que sofreu uma mudança profunda em seu perfil pelos processos urbanos e sociais ocorridos no final do século XX e início do século XXI.

Durante muito tempo, a Rua XV de Novembro, foi o ponto mais conhecido da cidade por seus charmosos cafés, variadas e glamorosas vitrines e os passeios familiares do final do domingo. Hoje a Rua XV é definida principalmente pelos comerciantes, como ponto de passagem de pessoas. Estas nem sempre tem paciência o suficiente para entrar nas lojas procurando algo para comprar. (GAZETA DO POVO, 1998)

Nos anos 2000, para o aniversário da cidade, a prefeitura municipal, realizou a primeira grande reforma do calçadão da Rua XV de Novembro. A revitalização do calçadão era uma antiga vontade dos comerciantes do centro da cidade afim de que

pudessem competir com os lojistas de shoppings centers. A reforma incluiu obras subterrâneas de água, energia elétrica, esgoto, telefonia e fibra ótica, instalação de equipamentos urbanos como floreiras, bancos, lixeiras, bancas de revistas e postes de iluminação. Por fim, houve também a revitalização da praça General Osório, com módulo policial, quadras e instalações sanitárias públicas. (Folha de Londrina, 2000).

Por fim, percebe-se que muitas foram as mudanças no contexto da Rua XV de Novembro nos últimos anos. Por diversos motivos, a relação dos cidadãos com a principal via da cidade não é a mesma. Mesmo assim o espaço continua a mostrar relevância e importância para a cidade.

4.3.1 ANÁLISE DA RUA XV DE NOVEMBRO PELAS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS SELECIONADOS

Os calçadões de forma geral têm como premissa proporcionar um espaço público reservado ao trânsito de pedestres, servidos de comércio, serviços e lazer. As políticas públicas relativas ao calçadão têm como foco principal o bem-estar, uma vez que incentivam a instalação de equipamentos e mobiliários urbanos, e proporcionam segurança e conforto aos transitantes.

O Calçadão de Curitiba como espaço público é, em todas as áreas de sua atuação, o comércio que atende com diversidade de produtos, e como lazer se comporta de forma análoga a uma grande sala de estar, com bares, cafés, lanchonetes e uma distribuição de equipamentos e mobiliários públicos urbanos, que torna o ambiente propício a bate-papos informais: é um ponto de encontro da população da cidade (BLASKIEVICZ, 1999).

Figura 31 - Mobiliário urbano na Rua XV de Novembro



Fonte: A autora, 2019

As necessidades do presente têm modificado consideravelmente os espaços de uso público da cidade e seu significado social. No caso da Rua XV de Novembro, as diversas transformações pela qual a cidade passou, provocaram a mudança de significado que a rua possui com a população. A análise destas transformações, principalmente no âmbito de apropriação será avaliada nesta seção.

Nas figuras a seguir, apresenta-se o recorte da Rua XV de Novembro, no qual este trabalho se aplica. Com o crescimento da cidade hoje a Rua XV é mais extensa que o calçadão. Além do centro, ela se articula até outro bairro da cidade, o “Alto da XV”. Porém a delimitação de estudo que nos interessa, é somente o espaço destinado exclusivamente ao pedestre, na região central da cidade, e que ainda compreende o trecho mais antigo existente. O trecho da rua selecionado é conformado pelas praças Osório e Santos Andrade, denominado como o “calçadão” da Rua XV de Novembro.

Figura 32 - Mapa de localização da Rua XV de Novembro



Fonte: Google Maps, editado pela autora (2019).

Nas figuras a seguir verifica-se a distribuição de usos na Rua XV de Novembro e seu entorno imediato. A concentração de apenas um tipo de uso em quase sua total extensão é muito clara. A atividade de comércio e serviço instalados é praticamente única. A rua XV de Novembro e seu entorno apresentam-se para a cidade como um dos espaços mais acessíveis a partir de qualquer outro ponto da cidade.

Figura 33 - Comércio regular ao longo da Rua XV de Novembro



Fonte: A autora, 2019

A cidade é um todo formado a partir de vários períodos, e que está a todo o momento, mudando, sobrevivendo, se transformando, em um contínuo processo de

mutação. Observa-se isso na própria rua XV de Novembro, que desde o contexto inicial da cidade de Curitiba, até os dias atuais, vem se transformando, e se regenerando com a evolução da cidade. Ainda que, hoje em dia, o grau de mudanças seja cada vez mais rápido, há elementos que sobrevivem ao tempo e continuam fazendo parte da história da cidade. Por considerar a importância das atividades alocadas no espaço público, verificam-se os usos existentes hoje em dia, que resistem às mudanças, como é o caso dos bares Mignon e Triângulo, que estão entre os bares mais antigos de Curitiba, fundados em 1925 e 1934 respectivamente.

Figura 34 - Bares Mignon e Triângulo na Rua XV de Novembro



Fonte: Babilônia.net, 2019.

Figura 35 - Mesas cobertas em área de bares



Fonte: A autora, 2019

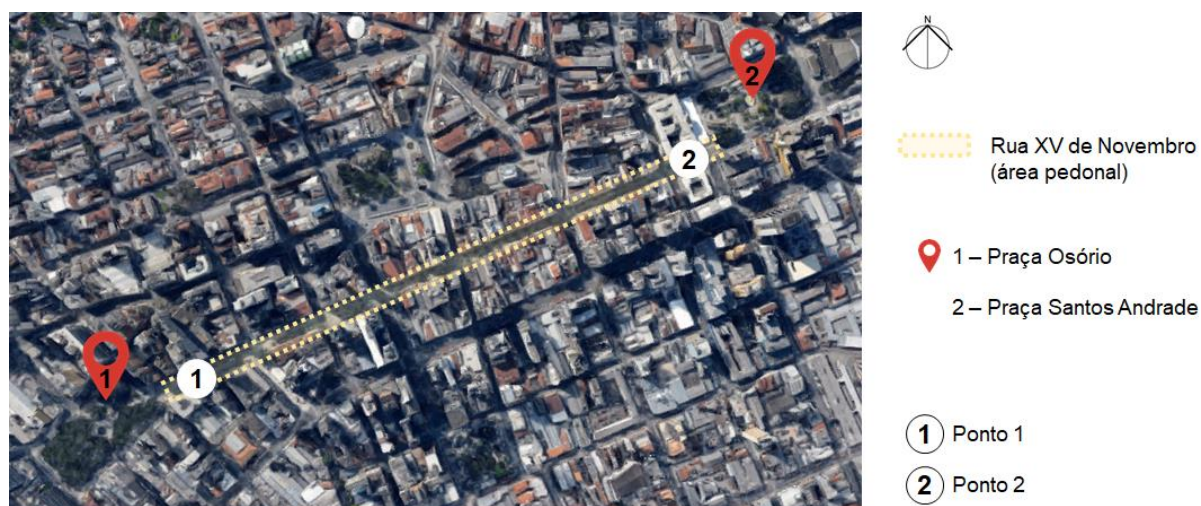
Esta análise tem como objetivo principal relacionar as categorias de apropriação anteriormente analisadas, a forma urbana e a distribuição de atividades no contexto da apropriação cotidiana. Como verificado, a Rua XV de Novembro possui potencial para captar os movimentos naturais das pessoas no espaço

público, pois está bem integrada no sistema urbano. Apesar disso, encontra-se homogênea e pouco diversificada com relação às atividades de usos do solo situados ao seu redor. Os efeitos dessa homogeneidade sobre a apropriação do espaço público podem ser vistos na pesquisa de campo aqui elaborada.

A análise se deu a partir dos dados recolhidos em pesquisa de campo referentes à apropriação do espaço público da Rua XV de Novembro. Em dois diferentes pontos e em dois períodos do dia foram escolhidas pessoas de forma aleatória, realizado seu acompanhamento por um período em média de 5 minutos para identificar a sua atividade no calçadão.

Foram determinados a fim de que a coleta alcançasse toda a extensão do calçadão, desta maneira foram escolhidos pontos em cada uma das extremidades da Rua XV de Novembro, denominados de pontos 1 e 2, conforme pode ser observado no mapa.

Figura 36 - Mapa de localização da Rua XV de Novembro



Fonte: Google Maps, editado pela autora (2019).

O ponto 1 está na quadra mais próxima à Praça Osório, e o ponto 2 está na quadra mais próxima à Praça Santos Andrade. Além dos dois pontos fixos para a contagem, foram eleitos dois diferentes horários, às 09h00 na parte da manhã e às 15h00 na parte da tarde em um dia de semana. Abaixo tabela com dados levantados.

Quadro 7 - Contagem de pessoas escolhidas para análise na Rua XV de Novembro

LOCAL	PONTO 01		PONTO 02	
QUEM	MANHÃ 9H00	TARDE 15H00	MANHÃ 9H00	TARDE 15H00
Crianças	4	4	2	2
Jovens	7	10	5	11
Adultos	18	16	20	19
Idosos	5	5	3	4

Fonte: Autora, 2019

Quadro 8 - Contagem dos usos identificados em análise na Rua XV de Novembro

LOCAL	PONTO 01		PONTO 02	
APROPRIAÇÃO	MANHÃ 9H00	TARDE 15H00	MANHÃ 9H00	TARDE 15H00
Circulação de pedestres	16	11	12	14
Manifestações	0	1	0	0
Lazer e contemplação	6	7	8	5
Apresentações	1	2	0	0
Comércio formal	6	12	7	10
Comércio informal	2	4	3	2
Ocupações irregulares	2	2	1	1

Fonte: Autora, 2019

Quadro 9 - Atividades observadas e categorias de apropriação na Rua XV de Novembro

ATIVIDADE OBSERVADA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CATEGORIA DE APROPRIAÇÃO
Circulação de pedestres	Grande circulação de pessoas cruzando a praça sem permanência	Convergente

Manifestações	Aglomerarção de pessoas pronunciando-se publicamente	Convergente
Descanso e convivência	Uso ocasional	Convergente
Apresentações	Músicos, artistas e pessoas fantasiadas se apresentando	Insurgente
Comércio formal	Comércio que se dá ao longo da rua	Convergente
Comércio informal	Ambulantes	Divergente
Ocupações irregulares	Moradores em situação de rua	Divergente

Fonte: A autora, 2019

Junto à grande quantidade de lojas e espaços de serviços, muitas são as formas de manifestação cultural na Rua XV. Artistas de todas as áreas apresentam seus trabalhos e auxiliam na diversificação do espaço, contribuindo para vida pública urbana da região central da cidade. Pintores, escultores, palhaços, malabaristas e cantores, são algumas das pessoas que se apropriam diariamente do espaço para interagir com os demais.

Figura 37 - Engraxate na Rua XV de Novembro



Fonte: A autora, 2019

Figura 38 - Artistas na Rua XV de Novembro



Fonte: A autora, 2019

Figura 39 - Ambulantes na Rua XV de Novembro



Fonte: A autora, 2019

Figura 40 - Artistas na Rua XV de Novembro

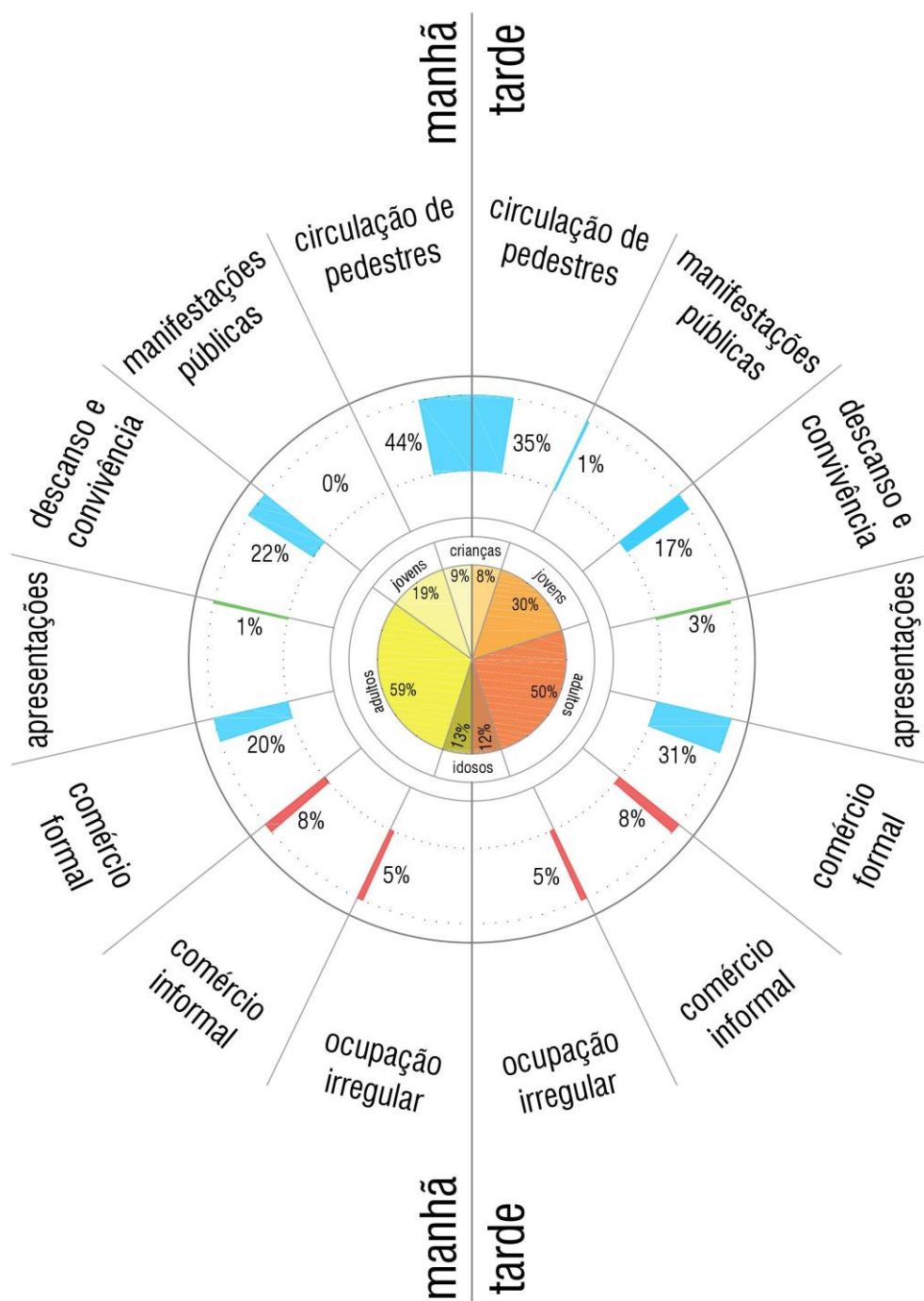


Fonte: Cassiana Pizaia, 2017

Além das manifestações culturais, a Rua XV de Novembro, no seu cotidiano é palco também, de muitas formas de ações voltadas a atender a população de maneira geral. Sejam ações educativas, ações de atendimento necessário ao público, ou ainda ações para conhecimento de determinados temas.

O resultado final do levantamento em campo se dá no gráfico a seguir, onde é possível identificar que a maioria das atividades que acontecem na Rua XV de Novembro estão na categoria de convergência com o espaço público, a atividade com o maior número de pessoas é a de circulação de pedestres, tanto na parte da manhã como na parte da tarde, seguido de comércio formal, afirmando a Rua XV de Novembro como o shopping ao ar livre que ela foi planejada para ser e o uso de descanso e convivência, onde as pessoas se apropriaram do mobiliário urbano e do sombreamento da vegetação presente.

Figura 41 - Gráfico síntese de uso e apropriação da Rua XV de Novembro



Fonte: A autora, 2019

Também foi possível identificar atividades de outras categorias, ainda que em acontecimentos menores, apresentações de músicos que carregam seus instrumentos e todo o necessário e se instalam no calçadão, atividade identificada

nos dois pontos de levantamento de dados e uma pequena manifestação nas proximidades da sede da Universidade Federal do Paraná, situada na Praça Santos Andrade. Tais atividades que se encaixam na categoria de insurgência.

Citando a categoria de divergência, foi encontrado moradores em situação de rua ocupando as marquises de algumas construções e também o comércio informal, carrinheiros e vendedores ambulantes que se encontram em toda a extensão do calçadão oferecendo seus produtos e serviços que são executados ali mesmo.

A análise dos levantamentos sugere que, a Rua XV de Novembro não perde a sua importância como espaço público na cidade, ela vem se reinventando no decorrer do tempo para oferecer as mais diversas atividades aos seus frequentadores. Sendo assim, esta leitura afirma que, apesar da sua maior característica hoje ser a de circulação de pedestres e espaço de conexão da cidade, continua exercendo a sua função de impulsionar a economia local e oferecer maior conforto e convívio aos pedestres e seus usuários.

4.4 RUA SÃO FRANCISCO

O último estudo de caso trata de uma das mais antigas ruas da cidade de Curitiba, a Rua São Francisco, também localizada no bairro Centro. Já foi conhecida como Rua do Fogo, do Hospício, do Riachuelo e do Terço, em diferentes trechos e épocas, até chegar à denominação atual, em 1867. A contribuição deste espaço para a pesquisa se dá pelo histórico de revitalizações que a gestão já propôs para a rua e região central e pela conhecida intervenção que ocorreu em 2014 com criação da Praça de Bolso do Ciclista.

Figura 42 - Rua São Francisco, a antiga Rua do Fogo em 1923



Fonte: Gazeta do Povo, Coluna Nostalgia (Cid Destefani, 1992)

A região que contempla a área do estudo em questão e a sua evolução foram estudadas recentemente por Ângela Pilotto (2010). A autora fundamentou-se na pesquisa de Lineu Bley (1982), o qual constatou que a evolução do centro da capital foi caracterizada por três períodos. O primeiro período, do início do povoamento até o começo do século XX. O segundo, que compreende o intervalo entre as décadas de 1910 e 1960, quando houve a estruturação da área central, dando espaço às atividades de comércio e serviços e ao início ao processo de verticalização. Por fim, o terceiro período, a partir da década de 1960 até o ano de 1982, ano de conclusão da pesquisa do autor. No entanto, como inferiu Pilotto (2010), este período ainda é atual e é nele que se verificou o início da perda da população para outras regiões da cidade.

Durante a primeira fase destacada por Bley que Garcez (2006) identificam-se as primeiras diretrizes urbanísticas de Curitiba. Lançadas na cidade colonial pelo Ouvidor Pardinho, estas diretrizes deveriam reger o crescimento da cidade, através de normas e posturas, dentre as quais: o alinhamento dos lotes e ruas, salubridade e abastecimento da população.

Ainda segundo o mesmo autor, o discurso sobre a necessidade de modernizar a cidade ganhou coro no processo de transformação de Curitiba em capital do Estado, o que resultou no primeiro plano urbanístico do município, em 1855. Na ocasião, estavam estabelecidas 10 ruas, hoje pertencentes ao bairro Centro. Em 1905, entrando na segunda fase de transformação da área central, um novo Código de Posturas foi criado, com novos mecanismos de “renovação do centro urbano” que preservaria “o valor da zona central da cidade”. Um zoneamento estabeleceu o centro como área urbana, e reviu normas construtivas e de uso, abrigando neste “lojas, bancos, escritórios, consultórios, ateliês, estúdios” e prestações de serviço. (GARCEZ, 2006, p. 63).

O crescimento da cidade e a tendência nacional de ordenação do espaço como forma de modernizar e gerar o crescimento econômico, fez com que o planejamento urbano se institucionalize na capital com o Plano Agache (1943). Com morfologia radial, o Plano das Avenidas dava às ruas funções de ordenação entre os novos centros criados e, no seu miolo, consolidava-se o centro histórico.

Conforme apontou Dudeque (2010), o Plano Agache tratou o centro como um problema para a circulação de veículos, que não poderia se adaptar ao grande aumento do fluxo naquele período. Segundo o autor, com suas ruas consolidadas e não pensadas para os carros, os habitantes não conseguiam chegar com seus veículos no centro histórico, precisando, assim, caminhar. Nesse contexto, o centro era visto de maneira negativa frente à “modernidade”, pois seus fluxos não pensados para os veículos estariam prejudicando o acesso a outras áreas da cidade. O primeiro Plano Diretor de Curitiba, outorgado no ano de 1966, redirecionou o foco de investimentos do centro para outras regiões do município. Neste contexto, seguindo uma tendência nacional, o espraiamento da cidade vinculou-se a criação de “novos centros”, que se voltaram para as classes de alta renda e às novas sedes administrativas, que se diferenciavam do centro tradicional. Com isso, de modo

geral, espaços como aquele da rua São Francisco perdem valor imobiliário e dinâmica comercial, veem seus edifícios ociosos e seus espaços públicos submetidos a atividades ilícitas.

Seguindo um discurso internacional sobre necessidade de pensar o espaço urbano por um viés mais humanizado, a partir da década de 1960 começaram a ser estruturadas propostas de pedestrianização das áreas centrais. A Rua XV de Novembro, citada anteriormente, principal artéria comercial da cidade, foi transformada em calçadão. A partir de planos urbanos voltados a mobilidade, da criação de áreas verdes – praças e parques – Curitiba apresentou-se como um modelo de planejamento urbano humanista e sustentável. Do mesmo modo, nesse mesmo período, há uma preocupação com a conservação da área histórica da cidade; entretanto a concentração de atividades da prefeitura neste sentido e mesmo de seus resultados mais positivos, podem ser observado no entorno imediato da Igreja da Ordem, sem avançar para as imediações da rua São Francisco.

Para Pilotto (2010) e Gadens (2010), o abandono do centro pela população se deu a partir da década de 1980, quando ao contrário dos índices de crescimento do município, que expressaram um aumento na população, o bairro Centro apresentou queda. Enquanto na década de 1980 o bairro apresentava uma população de 42.371 habitantes, em 2000 este valor passou para 32.623 habitantes (GADENS, 2010; PILOTTO, 2010).

As ruas centrais de Curitiba foram sendo ocupadas de diferentes maneiras ao longo do tempo. No final do século XIX e início do século XX, os comércios já se instalavam nesses locais. Os usos das edificações eram variados - bilhares, botequins, escritórios de advocacia, barbearias, armarinhos, armazéns, hotéis, lojas de calçados, serralheria e pensões para receber estudantes. A FIGURA X ilustra a movimentação de pedestres na rua, permanecendo e transitando e a ausência de veículos.

Figura 43 - Rua São Francisco no início do século XX



Fonte: Fundação Cultural de Curitiba, 2017.

Figura 44 - Rua São Francisco no início do século XX



Fonte: Gerolla, 2011.

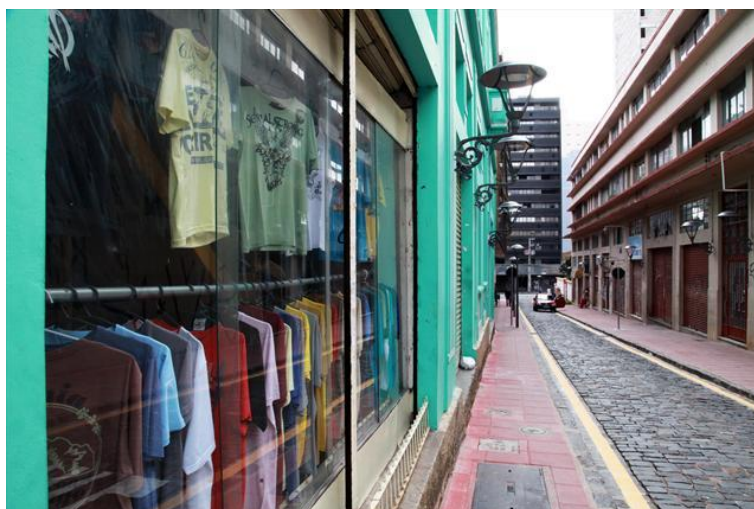
A partir de 2000, começaram a surgir novos debates sobre a necessidade de “revitalização” do Centro de Curitiba através de organizações, como o “Centro Vivo”, da Associação Comercial do Paraná e da Prefeitura municipal, com o programa “Marco Zero” (CURITIBA. LEI Nº 11.652 DE DEZEMBRO DE 2005). Com o principal objetivo de revitalizar a área central, alguns dos resultados esperados do Programa “Marco Zero” eram: o diagnóstico das vias, calçadas e demais praças da área central, elencadas e revitalizadas e com manutenção intensiva e periódicas, visando a melhoria da paisagem do ambiente urbano; aumento de novos espaços de atratividade, novos usos, empreendimentos e serviços, trazendo mais diversidade e

população a área central; aumento no número de moradores na área central, com acesso facilitado à serviços e recursos de qualidade; aumento no atendimento, encaminhamento e orientação da população em situação de risco e marginalizada, contribuindo para uma área central mais segura; adequação, regulamentação do comércio ambulante em geral, visando a melhoria do ambiente urbano. Em 2009, foi anunciada a proposta de revitalização da Rua São Francisco e da Rua Riachuelo, que em suas diretrizes procuravam:

(...) fazer do Centro da cidade um local onde as pessoas queiram morar, se encontrar, fazer suas compras e seu lazer, possibilitando um considerável crescimento na circulação de consumidores de bens e serviços e um consequente aumento no fluxo de capital, gerando novos empregos e riqueza para a nossa cidade. (CENTRO VIVO, 2003, p. 1).

A fama de Rua escura, insegura e frequentada por moradores em situação de rua e usuários de drogas alimentou a proposta de intervenção. Apenas em 2012 as obras iniciaram, e segundo o arquiteto e urbanista responsável pelo projeto de revitalização da Rua São Francisco, Mauro Magnabosco, buscavam uma forma de criar mais atrativos para o Centro [...] as calçadas foram melhoradas e os paralelepípedos foram preservados, foi retirada a faixa de estacionamento para permitir o alargamento das calçadas. Além disso, uma nova pintura foi feita e a iluminação foi reforçada. (RIBEIRO; TRISOTTO, 2012).

Figura 45 - Rua São Francisco após revitalização em 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2012.

Figura 46 - Rua São Francisco após revitalização em 2012



Fonte: Circulando por Curitiba, 2012.

Na recente revisão do Plano Diretor, realizada no ano de 2015, são reforçadas as diretrizes para preservação e requalificação do centro tradicional. Conforme CAPÍTULO I – Artigo 17, da Diretriz IV - requalificar o centro tradicional, estimulando o uso habitacional e atividades econômicas, de animação e de lazer; V - revitalizar áreas e equipamentos urbanos como meio de desenvolvimento social e econômico da comunidade. Observa-se, a partir dos programas propostos uma série de diretrizes para o tratamento e recuperação das áreas centrais.

Entre os anos de 2012 e 2017, pós revitalização que buscou incentivar a circulação e pedestres e desafiou o paradigma das ruas concebidas à circulação de veículos, a Rua São Francisco passou a ser apropriada de diversas maneiras, o comércio foi impulsionado, além das tradicionais lojas, muitos bares e restaurantes foram abertos, a rua passou a conformar espaços voltados ao lazer e, além disso, tornou-se lugar de manifestações artísticas e culturais.

Ocupada por grupos majoritariamente jovens e adultos, que permaneciam nos passeios e vias, conformavam o fenômeno de apropriação, ao constituírem um espaço simbólico e de identidade social urbana pela dimensão da conduta (VALERA, 1997). Essa “categoria social” é percebida pela idade dos usuários, que se comportam de maneira similar e conformam processos dinâmicos de interação de conduta com seu meio físico, formando uma “mancha” social na paisagem, apesar da heterogeneidade de grupos, culturas e costumes (MAGNANI, 2005).

Em Curitiba, esta mancha não é a única, está dentro de um “circuito jovem”. Por exemplo, o Bairro Batel contém uma série de estabelecimentos voltados ao lazer, que configuram manchas de apropriação das ruas. No entanto, há uma diferença básica, percebida tanto pelos atores sociais quanto pelo tratamento dado às ruas. Enquanto o Bairro Batel se constitui como o “novo centro” de comércio e habitação, voltado às classes altas - seguindo a lógica proposta pelos estabelecimentos e entorno - a Rua São Francisco apresenta públicos variados em um centro tradicional histórico, que sofreu um intenso processo de esvaziamento e degradação.

Conforme depoimentos de comerciantes e moradores do bairro São Francisco no documentário “São Francisco, Curitiba” (2016), é possível assinalar certos catalisadores para tal fenômeno e uma evolução no processo de apropriação. No documentário, o arquiteto e urbanista Fábio Batista identificou que há aproximadamente quinze anos atrás a Rua São Francisco era vazia, mas a criação da praça de Bolso do Ciclista, implantada em 2014, mudou toda a dinâmica da rua. A perspectiva de que foi esta intervenção que instaurou um intenso processo de apropriação no local foi confirmada por Patrícia Bandeira, dona de um estabelecimento comercial na mesma rua, no mesmo documentário (SÃO FRANCISCO, CURITIBA, 2016).

Figura 47 - Praça de Bolso do Ciclista



Fonte: Bem Paraná, 2017

4.4.1 Praça de Bolso do Ciclista

Potenciais pequenos espaços livres na cidade cumprem diferentes funções, conectadas fortemente ao contexto em que estão inseridas e às demandas locais específicas, mas a maioria é destinada a experiências de lazer. Por se tratar de intervenções feitas em pequena escala, geralmente não exigem grandes investimentos econômicos/urbanísticos (WEISHOF, 2014) e vêm sendo valorizados e considerados alternativas interessantes e viáveis que podem contribuir para melhorar a qualidade de vida da população, principalmente de habitantes que moram e trabalham em regiões de grande densidade, tanto populacional quanto de edificações.

Aponta-se a necessidade cada vez mais evidente de fomento ao desenvolvimento de espaços públicos de lazer e experiências nesse âmbito, na perspectiva do exercício da cidadania, tempo/espaço no qual o ser humano tem a possibilidade de realizar ações que promovam e influenciem seu cotidiano, transformando o mundo ao seu redor.

O conflito entre a atual falta de espaço no coração das cidades e, em contrapartida, a necessidade de espaços públicos como uma das possibilidades de ressaltar a vida social urbana faz emergir os pequenos espaços urbanos enquanto brechas - com potencial para ampliar as possibilidades de convivência interpessoal e estimular a apropriação do meio urbano. Neste caso, os *pocket parks* podem ser considerados uma dessas brechas.

Segundo Blake (2006), muitos parques e praças de bolso podem ser resultado de um esforço comunitário, de entidades privadas ou ainda de associações reivindicando as áreas em favor da vizinhança local. Podem ser igualmente fruto de “[...] parceria público-privada, através de instituições, associações vicinais, empresas – assumindo a responsabilidade de gestão e manutenção, e por vezes até de projeto e execução” (WEISHOF, 2014, p. 45).

Percebe-se que cidades de diversas regiões do mundo vêm compreendendo o potencial que os pequenos espaços livres, principalmente os localizados entre edifícios, podem oferecer. Dessa forma, esses espaços pequenos, vazios, esquecidos ou subutilizados, e que não apresentam o valor de troca preconizado no

espaço atual das cidades (ou seja, improdutivos financeiramente), podem ganhar vida ao se tornarem espaços urbanos que potencializam vivências, em sua maioria, de lazer. A partir desta contextualização, é apresentado o caso da construção da Praça de Bolso do Ciclista, que foi idealizado por um grupo de ciclistas da cidade de Curitiba e construído com o apoio da comunidade e da prefeitura.

A Praça foi inaugurada em 2014, como espaço público de 127 m², no marco zero da Rua São Francisco, esquina com a Rua Presidente Faria (rua de mão dupla em que há considerável movimento de pedestres, ônibus e carros, principalmente durante a semana, cujo entorno possui prédios residenciais e comerciais).

A Praça de Bolso do Ciclista foi idealizada por um grupo de cicloativistas, dos quais grande parte era integrante da Ciclolguaçu, a Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu. A sede da associação funciona no mesmo endereço da Bicicletaria Cultural, um empreendimento privado de apoio ao ciclista urbano.

Em frente à sede desses grupos havia um terreno vazio e inutilizado. Em 2011, a partir de conversas entre membros das duas instituições, foi levantada a possibilidade de o local tornarse uma praça, e que fosse do ciclista, em função da iniciativa ter partido de pessoas, instituições e espaços representativos da mobilidade por bicicleta. Em seguida, a partir de informações levantadas em órgãos municipais a respeito da situação daquele espaço, foi verificado que parte do terreno era da prefeitura e outra parte pertencia a uma massa falida contígua.

Figura 48 - Terreno da Praça de Bolso do Ciclista em reforma



Fonte: Google Street View, 2020

Os cicloativistas então solicitaram à prefeitura a construção da praça na porção municipal do terreno, e a ideia foi aceita para discussão pela gestão municipal vigente (2009- 2012). Acredita-se que o interesse municipal se deu pelo fato de a região fazer parte de um projeto proposto no Plano de Governo da época, o Projeto Novo Centro, que surgiu a partir da percepção de urbanistas e gestores públicos da necessidade de revitalização da área central da cidade, compreendendo, dentre outras questões, a readequação de uso e ocupação da área (IPPUC, 2012). Com base nessa perspectiva, a ideia de construir uma praça em um terreno abandonado em uma região alvo das transformações propostas pelo projeto convergia as expectativas do poder público e da sociedade, neste caso representada pela Ciclotguaçu.

Foram realizadas reuniões para discutir o projeto da praça, que ficou sob a responsabilidade de arquitetos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), contando com a participação de membros da associação. Depois que uma planta foi elaborada, a prefeitura, a princípio, realizaria as ações e entregaria a obra à população no período do Fórum Mundial da Bicicleta, cuja terceira edição ocorreu em Curitiba entre os dias 13 e 16 de fevereiro de 2014.

No entanto, a construção da praça não aconteceu no tempo esperado. Os processos licitatórios públicos tendem a ser morosos, pois necessitam passar por instâncias diferentes e, por vezes, burocráticas.

Sobre isso, Patrício (2015, p. 1, grifo nosso) relata que:

Inicialmente houve uma abertura para o diálogo e a declaração de que a área citada fazia parte de um plano de recuperação de espaços públicos e seria, no futuro, revitalizada. Entretanto, o processo burocrático prometia ser lento e demorado por conta das restrições impostas pelas obras para a Copa do Mundo da FIFA e as eleições presidenciais. Em contrapartida, em fevereiro de 2014, Curitiba recebia o 3º Fórum Mundial da Bicicleta, e parte das atividades se dariam próximas à praça.

Enquanto os olhares estavam voltados para a racionalidade econômica e social hegemônica do momento na cidade, representada pela realização da Copa do Mundo da FIFA, o projeto da praça, o qual surgiu a partir de uma demanda populacional, direcionado a uma fração envelhecida do centro da cidade, resta excluído da pauta prioritária de ação do poder público.

O Fórum teve como objetivo discutir questões de ciclomobilidade, mas também “resgatar ideias voltadas para o ser humano e espaços de convivência. Nós acreditamos que, ao usar a bicicleta não apenas como um meio de transporte, mas como meio de transformação, será possível alcançar uma mobilidade urbana sustentável de verdade” (BRAND, 2016). Dessa forma, as questões urbanas concretas e subjetivas problematizadas pelo Fórum Mundial da Bicicleta fizeram do evento um catalisador que reacendeu as discussões em torno da possibilidade de construção da Praça.

Pela forma como o Fórum se organizou, pelas discussões e ideias por ele promovidas e pelas dificuldades burocráticas encontradas quanto à implantação da praça a partir dos meios públicos, surgiu a ideia de que esse espaço poderia ser construído pela própria população, em regime de mutirão.

A ideia de construção coletiva da praça representava uma contrairracionalidade (SANTOS, 2012), pois a área não apresentava nenhum potencial de uso hegemônico, tanto pela dimensão reduzida como por localizar-se ao lado de uma massa falida, uma área “opaca” do ponto de vista econômico/imobiliário. No âmbito social, os ciclistas na cidade podem ser considerados minoria quando comparados ao elevado número de motoristas e automóveis que circulam no ambiente urbano, o que pode justificar o fato de eles serem os protagonistas dessa ação de construção coletiva da praça, a partir da realização de mutirões.

O presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Sérgio Póvoa Pires, afirmou que (PMC, 2014):

Uma licitação é sempre demorada. Aqui, encontramos uma alternativa, fazendo algo inédito em termos de parceria do poder público com a comunidade. Assim, viabilizamos um novo espaço de convivência que já está revitalizando o centro da cidade de um jeito inusitado.

Uma parceria até então inédita na cidade foi estabelecida entre administração pública e comunidade, representada pelos cicloativistas. A PMC se encarregaria de viabilizar as condições mínimas necessárias para o início das obras (cessão do

terreno, ajustes com maquinaria especializada) e, posteriormente, a comunidade se encarregaria de realizar o restante da construção coletivamente.

A ideia de intervir nesse pequeno espaço urbano a partir da implantação da praça articulou, direta ou indiretamente, esferas sociais diversificadas, as quais viam a possibilidade de conectar suas demandas e seus interesses à modificação do local. Para a Associação Ciclolguaçu, a praça corresponderia a um espaço concreto e também simbólico de representatividade da cultura da bicicleta na cidade, além de evidenciar o papel da ação cidadã, mostrando a possibilidade de construção de uma cidade mais humana e atuante. A Bicletaria Cultural, por sua vez, compartilhando da visão da associação, contaria também com um marco da cultura da bicicleta em frente à sua sede, na iminência de atrair mais pessoas que têm afinidade com a temática para o local, dando-lhes a oportunidade de conhecer e possivelmente usufruir de seus serviços. No âmbito das construtoras, as melhorias poderiam trazer valorização para a região e visibilidade para os empreendimentos no entorno.

Figura 49 - Terreno da Praça de Bolso do Ciclista em reforma



Fonte: Circulando por Curitiba, 2014

Os comerciantes próximos também ganhariam com a presença de mais pessoas no local, potenciais consumidores de seus produtos. Na esfera do poder público, a implantação do espaço seria de custo mínimo e uma região central subutilizada da cidade ganharia função.

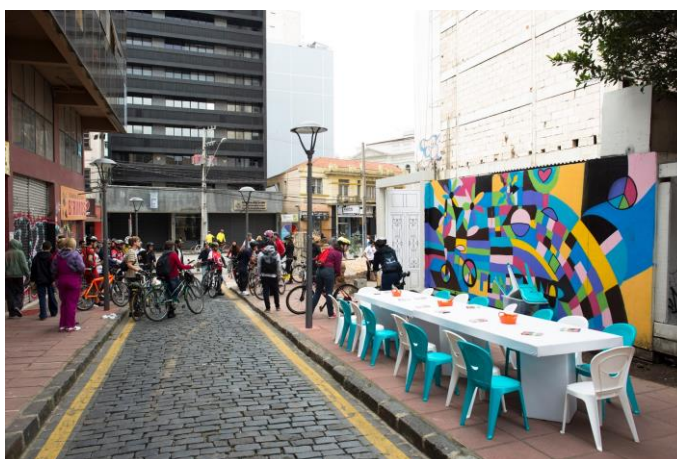
A construção da Praça de Bolso do Ciclista aconteceu em finais de semana de mutirão. Foram 21 finais de semana, reunindo cerca de 100 pessoas. As reuniões de planejamento continuaram acontecendo na Bicletaria Cultural e também eram

abertas à participação de todos. Com relação à construção propriamente dita da praça, a maioria dos trabalhos ocorreu de forma simultânea: colocação de pedras, construção das calçadas e muros, construção do banco redondo, revitalização do muro histórico, instalação da iluminação, jardinagem, intervenções artísticas, instalação de paraciclos.

Segundo Gehl (2015, p. 23), “[...] as pessoas reúnem-se onde as coisas acontecem, e espontaneamente buscam outras pessoas”, assim, para além dos mutirões, um movimento cultural periférico de uso e animação do espaço do entorno passou a acontecer paralelamente aos trabalhos de construção da praça. A primeira quadra da Rua São Francisco, fechada para os carros, tornou-se um polo de atividades culturais nos fins de semana, e isso ajudou a agregar e atrair pessoas para o espaço, funcionando como um “chamariz” de voluntários e pessoas para a rua.

As atividades abrangiam uma gama diversificada de linguagens e experiências: exposições de filmes e documentários, apresentações de música, teatro, dança, oficinas de culinária e malabarismo, mosaico, pintura, horta capilar, atividades infantis, jogos e brincadeiras e ações educativas referentes à ciclomobilidade na cidade.

Figura 50 - Terreno da Praça de Bolso do Ciclista em reforma



Fonte: Circulando por Curitiba, 2014

A praça, mesmo ainda em desenvolvimento, e a Rua São Francisco tornaram-se espaços de convivência, de confraternização, de troca de experiências e saberes,

em um ambiente de convívio diversificado entre pessoas de diferentes classes sociais e faixas etárias, reunindo distintas formas de pensar e viver.

Figura 51 - Voluntários trabalhando na Praça de Bolso do Ciclista



Fonte: Circulando por Curitiba, 2014

Rechia (2006, p. 91) relata que “[...] a cidade significa também a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o lugar onde vive [...]” e acrescenta a importância da relação entre o cotidiano na cidade e os lugares abertos/públicos, tais como a rua, parques e praças na cidade, considerados “[...] o próprio pulsar da vida urbana” (RECHIA, 2006, p. 95).

Estes são lugares do encontro, que promovem a convivência, seja ela conflituosa, harmônica, ampla ou limitada, com a diversidade, com aquele que é estranho, diferente. Ressalta-se assim a importância da sociedade e do “elemento” humano, animando as formas espaciais e lhes atribuindo um conteúdo. A ação humana no espaço público é uma forma de sinalizar conteúdos práticos da vida social urbana. No caso da construção da praça, essa ação que transformou o espaço aconteceu pela via das atividades no âmbito do lazer. Os diferentes interesses culturais do lazer, principalmente os propostos por Dumazedier (1980), puderam ser identificados durante o processo, sempre de forma complementar um ao outro, e não isolados (interesses físico-esportivos, artísticos, sociais, manuais e intelectuais).

Figura 52 - Inauguração da Praça de Bolso do Ciclista



Fonte: Circulando por Curitiba, 2014

Mesmo que alguns trabalhos ainda não estivessem concluídos, após aproximadamente cinco meses de construção o espaço estava praticamente finalizado. A Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba foi inaugurada em 22 de setembro de 2014, exatamente no Dia Mundial Sem Carro. Na cerimônia, estavam presentes autoridades como o Prefeito da cidade, membros de secretarias municipais e cicloativistas. Notícias veiculadas pela agência de notícias da PMC e de um jornal local divulgaram o evento de inauguração:

“Esta praça simboliza a transformação e a humanização de uma cidade por seus diversos atores, inclusive o poder público. É um ato de respeito pelos cidadãos que tiveram materializada a sua vontade”, destacou o secretário municipal de Meio Ambiente, Renato Lima (RIC MAIS, 2014).

A Praça de Bolso do Ciclista, fruto de uma microrrevolução coletiva e um marco da cultura da bicicleta na cidade de Curitiba, se constitui como uma brecha no meio urbano para encontro e sociabilidade, que mantém a cidade viva e coletiva.

4.4.2 ANÁLISE DA RUA SÃO FRANCISCO PELAS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS SELECIONADOS

A Rua São Francisco hoje caracteriza-se fisicamente por uma via estreita, com aproximadamente 3 metros de largura; não possui recuos para estacionamento e é cercada por passeios de 2,5 metros, nivelados, pois não há rebaixamento para a

entrada de veículos. A via é composta pela pavimentação de paralelepípedo, enquanto o passeio é composto por blocos de tom avermelhado.

Figura 53 - Mapa de localização da Rua São Francisco



Fonte: Google Maps, editado pela autora (2019).

Figura 54 - Rua São Francisco



Fonte: A autora, 2019

Ademais, não há mobiliários urbanos fixos, como bancos e mesas - com exceção de uma lixeira próxima à Praça de Bolso do Ciclista e de postes de iluminação, que se distribuem ao longo do passeio.

As edificações que contornam a rua são majoritariamente históricas e com dois pavimentos; estão conectadas umas às outras, conformando fachadas contínuas e com o mesmo alinhamento. Localizadas na Zona Central, as edificações possuem uma gama variada de usos, porém, no térreo, prevalecem os usos comerciais. Expostas nas fachadas, os grafites e pichações marcam a rua com signos e cores. A publicidade é discreta, não prejudica a circulação ou gera poluição visual.

Figura 55 - Rua São Francisco



Fonte: A autora, 2019

O levantamento a seguir buscou identificar as atividades que acontecem na Rua São Francisco e os efeitos ainda presentes ou não das revitalizações que já aconteceram na Rua, bem como a utilização da Praça de Bolso do Ciclista hoje, 6 anos após sua inauguração.

A análise se deu a partir dos dados recolhidos em pesquisa de campo no trecho da rua como um todo. O levantamento foi feito a partir da observação direta das pessoas e suas atividades e período de permanência no trecho em estudo. Abaixo quadro com dados levantados:

Quadro 10 - Contagem de pessoas escolhidas para análise na Rua São Francisco

LOCAL	PONTO DE ANÁLISE	
QUEM	MANHÃ 9H00	TARDE 15H00
Crianças	2	4
Jovens	6	7
Adultos	12	17
Idosos	2	3
Veículos	10	16

Fonte: A autora, 2019

Quadro 11 - Contagem dos usos identificados em análise na Rua São Francisco

LOCAL	PONTO DE ANÁLISE	
APROPRIAÇÃO	MANHÃ 9H00	TARDE 15H00
Circulação de pedestres	10	14
Circulação de veículos	10	16
Descanso e convivência	6	7
Comércio formal	4	8
Ocupação irregular	2	2

Fonte: A autora, 2019

Quadro 12 - Atividades observadas e categorias de apropriação na Rua São Francisco

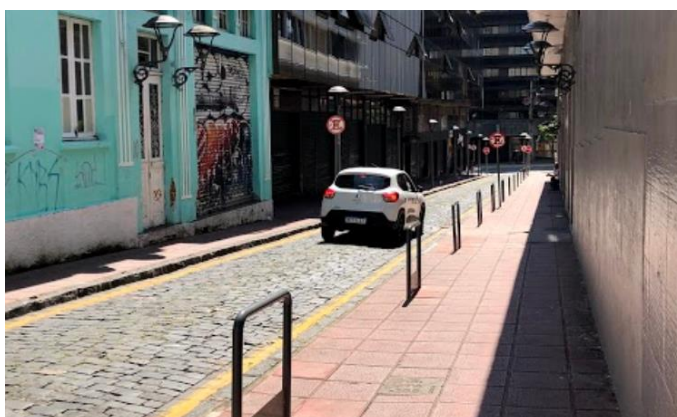
ATIVIDADE OBSERVADA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CATEGORIA DE APROPRIAÇÃO
Circulação de pedestres	Circulação de pessoas andando pela rua sem permanência	Convergente
Circulação de veículos	Circulação de veículos andando pela rua ou estacionados descarregando suprimentos	Convergente
Descanso e convivência	Uso ocasional	Convergente

Comércio formal	Comércio que se dá na rua	Convergente
Ocupações irregulares	Moradores em situação de rua e uso de drogas	Divergente

Fonte: A autora, 2019

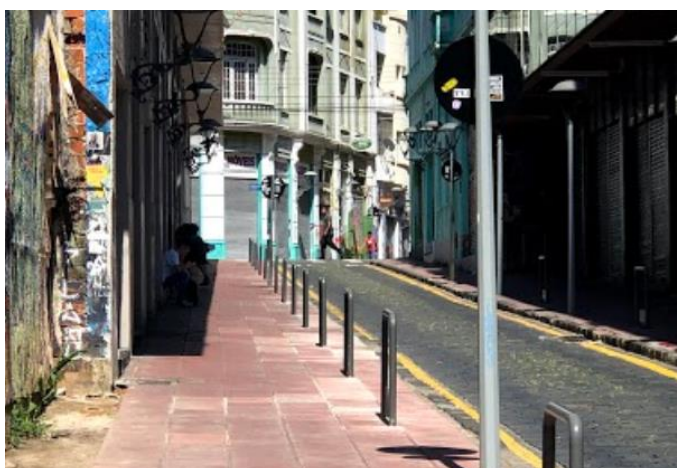
Durante o dia, a percepção do ambiente é de esvaziamento, a pouca circulação que ocorre é por pedestres que a usam como meio de conexão e a de veículos para abastecimento do comércio ou passagem.

Figura 56 - Passagem de veículos na Rua São Francisco



Fonte: A autora, 2019

Figura 57 - Pedestres sentados na Rua São Francisco



Fonte: A autora, 2019

Mesmo com a presença de comércio, principalmente voltado à alimentação, no período da manhã a maior parte das pessoas está somente circulando pela rua e a interação com os restaurantes e lanchonetes é pequena. Em relação à utilização

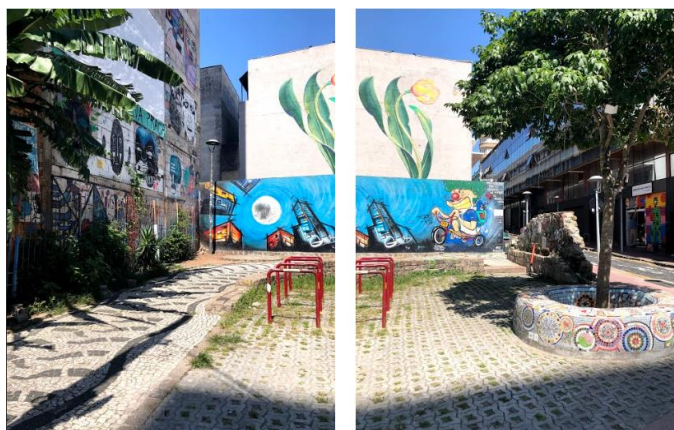
para descanso e convivência, vale ressaltar que o uso acontece em frente às lojas, mesmo com a presença da Praça de Bolso do Ciclista, a poucos metros, os pedestres não vão até lá. Durante a permanência para coleta de dados, do total 13 pessoas que usavam o espaço para descanso e convivência, apenas 3 permaneceram na Praça.

Durante o segundo horário de levantamento, já na parte da tarde, é visível que o movimento aumenta, principalmente entre jovens e adultos, que frequentam alguns bares ainda abertos na Rua São Francisco, mas a sensação é de que a Rua perdeu parte da sua vitalidade, como acontecia em meados de 2016. Muitos comércios fechados, construções abandonadas e visível venda de drogas na rua e região, que colaboram para a falta de apropriação e permanência no local.

Esse esvaziamento contribui para os usos divergentes que foram apontados, como moradores em situação de rua ocupando a Praça de Bolso do Ciclista e a sensação de insegurança que pode ser percebida in loco.

A Praça de Bolso do Ciclista, é um bom exemplo de apropriações insurgentes, aquelas que surgem a partir da criatividade, de um espaço que não foi inserido no planejamento da gestão para espaços públicos e foi transformado a partir de uma parceria da Prefeitura e sociedade. Porém, hoje, a realidade é de que a Praça veio perdendo sua força como ambiente de interação social e lugar de convivência. Na observação direta é possível notar a manutenção do espaço e sua estrutura inicial mantida, mas seu uso, como verificado em pesquisa documental, tem sido em eventos pontuais e não mais no dia a dia.

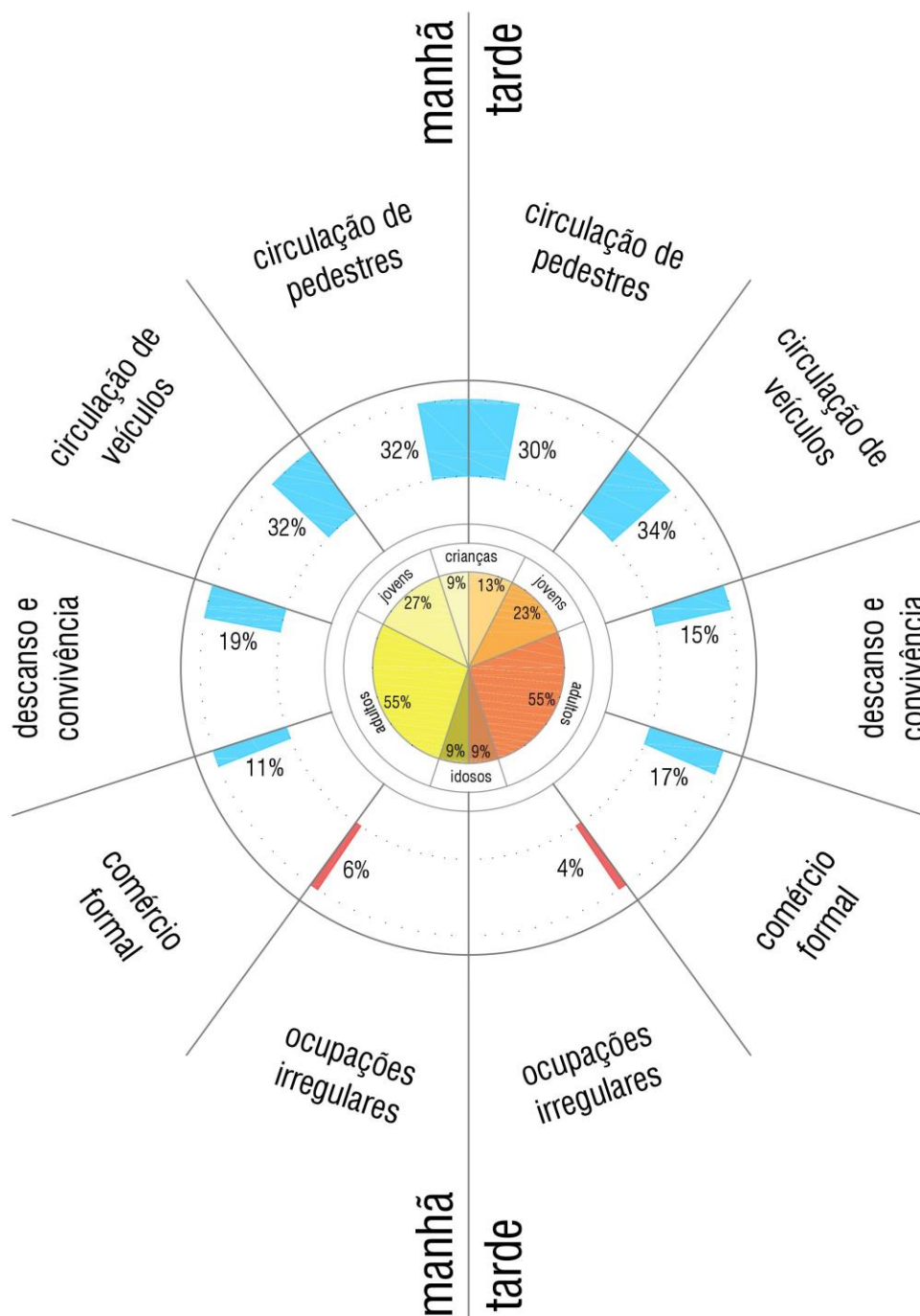
Figura 58 - Praça de Bolso do Ciclista



Fonte: A autora, 2019

No gráfico a seguir, o resumo de todas as informações coletadas, sendo possível identificar o padrão dos frequentadores da rua e suas atividades:

Figura 59 - Gráfico síntese de uso e apropriação da Rua São Francisco



Fonte: A autora, 2019

A partir do gráfico, o perfil dos que passaram pela Rua São Francisco no período do levantamento de dados é em sua maioria de pessoas adultas, que usavam da rua para passagem e conexão com outros espaços da cidade. Cabe reiterar que a Rua São Francisco e as ruas ao seu redor sempre foram apropriadas: moradores de ruas, vendedores e os próprios habitantes da região nunca deixaram de ocupá-las e compreendê-las como um lugar de valor para si. Porém, estes grupos vêm sofrendo de maneira diferenciada as mudanças recentes nos usos destes espaços, que carregam consigo conflitos e interesses.

Em contrapartida ao cenário atual, a Prefeitura Municipal de Curitiba, lançou em 2018 que a Rua São Francisco passará por uma nova revitalização dentro do projeto chamado Rosto da Cidade. Entre as reformas previstas está a implantação de paraciclos e de balizadores. O projeto é uma parceria com comerciantes da região e abrange uma área de 2 km do centro antigo de Curitiba. O projeto é dividido em cinco etapas: recuperação dos imóveis, iluminação pública, segurança, mobilidade e acessibilidade.

Com esse efeito, é possível afirmar que a gestão está em busca constante para melhoria da região e busca por apropriação por parte da sociedade. Cabe aos envolvidos nesse novo projeto de revitalização uma leitura concreta da região e oferecer aquilo que de fato é necessário para que as apropriações convergentes aconteçam e outros movimento como a da Praça de Bolso do Ciclista se espalhe em outros lugares da cidade.

5 CONCLUSÃO DO ESTUDO DE CASO

De maneira geral, os compartimentos estudados na área central da cidade de Curitiba apresentam o uso convergente àquilo que foram planejados para ser. Atividades como circulação de pedestres e descanso e convivência, foram observados em grande número em todos os estudos.

No caso da Praça Tiradentes, a sua peculiaridade em relação aos outros espaços públicos, é de que a Praça é usada como um grande terminal de ônibus, o que faz com que a sua segunda maior atividade seja a de acesso ao transporte público, com um grande número de pessoas fazendo embarque e desembarque no seu perímetro, vindo de diversos lugares da cidade e Região Metropolitana.

No caso da Rua XV de Novembro, em seguida da circulação de pedestres, o comércio formal dos mais variados segmentos, é o mais representativo. A característica de calçadão que traz uma dinâmica única ao cenário do espaço público se complementa aos usuários que fazem uso do mobiliário urbano para descanso, convivência e contemplação. Bares e restaurantes também são atrativos, ao longo do calçadão é possível observar estabelecimentos antigos e uma variedade de *fast foods* e cafés.

Na Rua São Francisco, o aspecto de esvaziamento que tomou conta do local, fez com que um dos seus pontos mais atrativos e que ficou muito conhecido em 2014, a Praça de Bolso do Ciclista tenha pouco impacto na análise do levantamento de dados. A Rua é basicamente usada para circulação de pedestres e veículos e nem o comércio, que está há muitos no local não teve o poder de atrair pessoas. A sensação de insegurança, junto à oferta de novos bares e restaurantes em outros espaços da cidade colaborou para o fechamento de estabelecimentos que estavam se consolidando em meados de 2016. Apesar de ser uma rua e a sua característica seja a de passagem, as várias revitalizações da Prefeitura e movimentos junto à mutirões de voluntários buscavam oferecer a oportunidade de o local ser apropriado de maneira diferente, que se tornasse local de permanência.

Além dos usos convergentes, já citados anteriormente, em todos os espaços foram levantados usos divergentes, em sua totalidade moradores em situação de rua que permaneciam nos espaços, buscando locais sombreados e com

possibilidade de guardar seus pertences, como é o caso do piso elevado na Praça Tiradentes. Em relação ao comércio informal, o mesmo foi observado na Praça Tiradentes e Rua XV de Novembro, o grande fluxo de pedestres durante todo o período de levantamento de dados é um facilitador para que esse comércio aconteça. Foi observado pessoas que deixavam seus produtos expostos no chão, também pessoas que tentavam interagir diretamente com os pedestres que estavam transitando e profissionais como engraxates que oferecem seus serviços no próprio calçadão.

Na categoria de insurgência, mesmo com um número pouco expressivo, vale ressaltar as apresentações artísticas presentes tanto na Praça Tiradentes, como na Rua XV de Novembro. Em ambos compartimentos foi possível identificar algum tipo de apresentação, seja musical ou de outro segmento nos dois períodos de levantamento de dados. Sobre a Rua São Francisco, apesar de não ter sido identificado nenhum tipo de atividade nessa categoria de apropriação, a própria Praça de Bolso do Ciclista é uma intervenção insurgente de grande importância para a história da Rua São Francisco.

Por fim, conclui-se que as várias intervenções e as mudanças nas características dos compartimentos selecionados fizeram com que, principalmente, a Praça Tiradentes e a Rua XV de Novembro permanecessem com um alto índice de apropriação até os dias de hoje. Suas adequações ao longo dos anos para atender às necessidades da população mostram a importância da análise do espaço vivido para o planejamento urbano.

Importante ressaltar que, mesmo a Rua São Francisco, a que apresentou o menor índice de atividades se mostra presente nos planos da Prefeitura para novas intervenções. O novo projeto, chamado de Rosto da Cidade, é um programa de revitalização urbana em parceria com a iniciativa privada que tem como objetivo a recuperação e preservação do Centro Histórico de Curitiba, a fim de retomar o seu público que veio se perdendo nos últimos anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades, mesmo com características de fragmentação e segregação do espaço urbano, ainda mantêm ambientes favoráveis para restabelecer e superar esse processo. A cidade muitas vezes é caótica, mas é também lugar de realização da vida, de lutas e resistências, e uma das aberturas nesse meio urbano são os espaços urbanos de encontro e sociabilidade, que podem mantê-la ativa.

Outras questões urbanas, políticas, econômicas, sociais e culturais significativas puderam ser colocadas em discussão a partir desta experiência de mestrado, como a atuação da gestão urbana frente aos espaços públicos que foram estudados por meio de novos projetos e propostas, buscando a ativa ocupação na área central da cidade de Curitiba. A dimensão comunitária e sua perspectiva de ação da comunidade, as estratégias que viabilizam essas atividades, a representatividade popular e a participação nas decisões e no diálogo com o poder público.

Para refletir de que maneira o processo de planejamento urbano pode ser repensado buscando à construção de cidades mais humanas, realizando o direito à cidade nos dias atuais, questão que provoca ainda mais indagações frente ao processo de degradação das áreas centrais, a pesquisa partiu da compreensão dos usos cotidianos dos compartimentos selecionados para o estudo empírico.

Dessa forma, procurou-se investigar como as pessoas utilizam a praça, o calçadão e a rua e seus conflitos, apoiando-se no método de mapa comportamental, observação direta e pesquisa documental. Após observação das pessoas e sua relação com o espaço público, é possível afirmar que ainda há muito a ser avançado para que a forma e a função do espaço atinjam um nível de excelência, onde consiga abrigar um maior número de pessoas e possam oferecer um local de permanência para a população.

Percebe-se que planejar em prol da vida na cidade, para os encontros, exige um trabalho cuidadoso com as condições básicas da sociedade, conforme apontou Gehl (2015). Compreende-se que o desenho da cidade também deve ser cuidadosamente planejado, por ser indispensável na promoção dos usos dos

espaços públicos, levando em conta as transformações e inúmeras complexidades das dinâmicas sociais expressas nas mais diversas escalas.

A apropriação da rua também está vinculada a novas formas de intervenção no espaço público. A criação da Praça de Bolso do Ciclista, um equipamento resultado da cooperação social, também demonstra que movimentos coletivos, se espalham para manter a ruas inclusivas e de domínio público. A presença nas ruas, torna-se, nesse contexto, o primeiro passo para a participação da população em movimentos que podem alimentar atividades insurgentes.

De maneira geral, a pesquisa contribui para demonstrar que o processo de planejamento urbano é mutável e que para estes espaços públicos voltarem a ser concebidos enquanto espaços de convivência, novas intervenções precisam ser pensadas a partir da escala humana. Se há mudanças na esfera social e se as transformações ocorrem de forma rápida, as ruas precisam de tratamento para acompanhar essas mudanças e suprir as novas necessidades que surgem. Nesse contexto, a prioridade é o pedestre.

A gestão e os envolvidos no planejamento urbano das cidades precisam compreender os sinais e às trocas que ocorrem nos seus espaços públicos, pois podem demonstrar a forma como as pessoas querem usar a cidade e como esses ambientes podem oferecer uma melhor vivência para seus usuários. E para processos de planejamento de espaços mais humanos, é preciso considerar não apenas a pequena escala, mas assimilar questões que são evidenciadas nos conflitos, o que faz reconhecer a necessidade interdisciplinar e a proximidade com a gestão urbana.

As dinâmicas urbanas mostram que a apropriação do espaço é busca por uma reconstrução da própria sociedade, suas práticas e vivências. Essa transformação é, com efeito, uma mudança de padrão sobre o espaço vivido e vai além de uma mudança física, pois exterioriza uma postura de convívio na diversidade, é uma expressão de cidadania que amplia novas formas de democracia, a partir da visibilidade pública. Por isso, quando a rua é apropriada, ao invés de ser visto como uma ameaça pelo poder público, o fenômeno deveria ser compreendido como positivo.

Dessa maneira, esta pesquisa das ações urbanas no espaço público ajuda na compreensão de que não há uma fórmula para construção de um espaço ou uma regra para seu planejamento, nem mesmo para seu total entendimento. Se o espaço vem sendo construído e reconstruído ao longo da história pelas próprias pessoas que o ocupam e o apropriam, é preciso reconhecer que as práticas de ensino de planejamento urbano devem estar atentas às mudanças e complexidades sociais nas diversas escalas.

A partir desta pesquisa inúmeros questionamentos podem ser levantados sobre a temática. Este trabalho teve como foco a observação das pessoas nos espaços públicos, seus usos e ações e sua classificação no contexto histórico. Por fim, vale dizer que este trabalho é uma demonstração de que a apropriação das ruas, calçadas, parques e praças faz da cidade um lugar estimulante e interessante de se viver. A cidade comporta novas oportunidades, descobertas e percepções, possibilitando que a sociedade reinvidique o seu poder coletivo para a construção de espaços mais humanos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, J. **Bordas e espaço público**. Fronteiras internas na cidade contemporânea. *Arquitextos*, São Paulo, ano 07, n. 081.02, Vitruvius, fev. 2007 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269>>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

ASCHER, F. Os **Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010

BARNETT, J. (2003). **Redesigning Cities: Principles, Practice, Implementation**. Chicago, IL: APA, Planners Press.

BLAKE, A. Pocket Parks. *In*: MARYMAN, Brice; ROTTLE, Nancy. **Green Futures Toolkit: a resource guide for designing Seattle's green network**. Landscape Architecture: Washington: University of Washington. College of Architecture and Urban Planning Landscape Architecture, 2006. p.163-168. Disponível em: <<http://depts.washington.edu/open2100/toolkit.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

BLASKIEVICZ, D. **Rua XV, palco da democracia**. Gazeta do Povo, Curitiba, 15 nov. 1999.

BLEY, L. **Percepção do espaço urbano: o centro de Curitiba**. 1982. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1982.

BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona, 2000.

BORJA, J. (2003). **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial.

BORJA, J. (2006). **Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio**. *Arquitextos*, 072, 2006. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRAND, V. C. [Divulgação]. *In*: **FÓRUM MUNDIAL DA BICICLETA**, 3. 2014. Curitiba. Disponível em: <<https://www.catarse.me/pt/fmb2014>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CAIAFA, J. (2007). **A aventura das cidades. Ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: FGV.

CARMONA, M.; TIESDELL, S.; HEATH, T.; OC, T.. (2003). **Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design**. Oxford: Architectural Press.

CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.) **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

CHAPMAN, T. (2006). **Public Space. Encyclopedia of American Urban Geography.** SAGE Publish.

COELHO, C. **Se essa Rua fosse minha. Shopping a céu aberto.** Gazeta do Povo, Curitiba, 14 dez. 2008. Caderno Imóveis Locação, p. 2.

COSTA, A. M. **Calçadão dos mascates:** promessas e desilusões de uma intervenção urbana, o olhar dos comerciantes informais. 2004. 143f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

CRESTANI, A. M. Z. **Zonas de entremeio: possibilidades outras na investigação do espaço público contemporâneo.** 2017. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017. doi:10.11606/T.102.2018.tde-17042018-155855. Acesso em: 2019-05-22.

CRESTANI, A. M. Z. **As faces (in)visíveis da regeneração urbana: rua Riachuelo e a produção de um cenário gentrificado.** In: Cadernos Metrópole, v. 17, p. 179-200, 2015.

DA MATTA, R. **A casa & a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real-percepção e revitalização do RJ. Percepção Ambiental. A experiência Brasileira. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (orgs.): **Percepção ambiental:** a experiência brasileira. São Paulo: Ed. Studio-Nobel, 1996.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** 5. ed. São Paulo: Pini, 1990.

DELGADO, M. **O espaço público como representação.** Espaço urbano e espaço social em Henri Lefebvre, 2013.

DUARTE, Ó. **Imagens da evolução de Curitiba.** Luiz Antonio Guinski. Curitiba, 2002.

DUDEQUE, I. T. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba.** Studio Nobel, São Paulo, 2010.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do Lazer.** São Paulo: SESC, 1980.

EDELWEISS, R. K.; GARZON, M. C. **A resignificação do espaço público de Porto Alegre a partir da apropriação efêmera da cidade.** Revista Prumo, [S.l], v. 2, n. 3, july 2017. ISSN 2446-7340. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/368>>. Acesso em: 13 de jul. 2019.

FRÚGOLI JR, H. **Espaços públicos e Interação Social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FRUGOLI JR., Heitor. **ATIVISMOS URBANOS EM SÃO PAULO**. Cad. CRH, Salvador, v. 31, n. 82, p. 75-86, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000100075&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792018000100005>.

GABARDO, M. (2004). **Paisagem urbana interpretada**. In Anais do VII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – ENEPEA (p. 1-14). Belo Horizonte: ENEPEA.

GADENS, L. N. **O processo de degradação física das áreas centrais e sua relação com a dinâmica urbana: estudo de caso em Curitiba**, Paraná. 2010. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

GARCEZ, L. A. **Curitiba: evolução urbana**. Curitiba: Imprensa Universitária da UFPR, 2006.

GEHL, J. **Cidade para as pessoas**: 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, J; SVARRE, B. **How to Study Public Life**. Washington DC: Island Press, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Pauo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRAÇA, M. S. **Espaços públicos e uso coletivo de espaços privados**, 2007.

GUNTER, H; ELALI, G.A.; PINHEIRO, J.Q. Multimédodos. In: CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.) **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. Pg 239-249.

HARVEY, D. **“A justiça social e a cidade”**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLANDA, F. (org.) **Arquitetura & Urbanidade**. São Paulo: Pro-editores, 2003.

INDOVINA, F. **O Espaço público-tópicos sobre a sua mudança**. Revista Cidades, Comunidades e Territórios, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p.119-123, 2002.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Revitalização Rua São Francisco** (Cartilha). Prefeitura Municipal de Curitiba. 2012.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Praça de Bolso do Ciclista – Estudo Preliminar** (Estudo Preliminar). Prefeitura Municipal de Curitiba. Dezembro/2013.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, São Paulo; 1ª edição, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2008.

LEFEBVRE, H. (1973) **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Península (ed. Orig. 1968).

LEFEBVRE, H. **“O direito à cidade”**. São Paulo: Centauro, 2010.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na MangueTown. *Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na MangueTown*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.115-134. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200008>.

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LIBERALINO, C. C. **Praça: Lugar de Lazer**: Relações entre características ambientais e comportamentais na Praça Kalina Maia – Natal (RN). Dissertação (Mestrado em Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2011.

LYNCH, K. (1996). **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70.

MAGNANI, J. G. C. **Os circuitos dos jovens urbanos**, pp. 173-205. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2. Novembro, 2005.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996.

MORENTE, F. **De la acumulación a la apropiación: una reflexión acerca del espacio público en la ciudad contemporánea**. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* [online]. 2018, vol.10, n.3, pp.650-662. Epub June 04, 2018. ISSN 2175-3369. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.010.003.ao12>.

NETTO, V. M. **A (re)conquista da cidade**: polis e esfera pública. Cadernos Proarq19. Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em

Arquitetura – 2012. Pg 266-289. Disponível em <[http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq19_A\(Re\)conquistaCidade_VinicioNetto.pdf](http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq19_A(Re)conquistaCidade_VinicioNetto.pdf)> Acesso em: outubro 2018.

PILOTTO. A. S. **Área Metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intraurbano**. Dissertação, 2010

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. www.pps.org/, maio 2012.

RECHIA, S. O pulsar da vida urbana: o espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. *In*: CARVALHO, João Eloir (Org.). **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006. p. 91-102.

ROLNIK, R et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ROSANELI, Alessandro Filla et al . **Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR**. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba , v. 8, n. 3, p. 359-374, Dec. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692016000300359&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Abr. 2019. Epub Aug 22, 2016. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.003.AO06>.

SANTANA, Daniella Tschöke; RECHIA, Simone; COSTA RODRIGUES, Emília Amélia Pinto. **AS BRECHAS DA CIDADE: A PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA DA CIDADE DE CURITIBA/PR. Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 311-324, mar. 2017. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/66384>>. Acesso em: 22 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.22456/1982-8918.66384>.

SANTOS, C. N.; VOGEL A. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SENNET, R. O declínio do homem público: as Tirantias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (2014).

SILVA, E. L.; Menezes, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação** – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SOLÁ-MORALES, I. (2002). **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili.

SOMMER & SOMMER, 2002. **A practical guide to behavioral research: toos and techniques**. Fith Edition. Oxford University Press, New York, NY, EUA.

SOUZA, C. F. **O espaço e a sensibilidade dos cidadãos**. ArqTexto, 72-86, 2003.

ULTRAMARI, C. **Significados do Urbanismo**. Revista Pós Usp. V.16 n.25. Junho 2009. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43614/47236>> Acesso em: agosto 2019.

URIARTE, U.M. **Olhar a Cidade**: contribuições para a etnografia dos espaços urbanos. In Ponto Urbe, 13, 2013.

VALERA, S. **Estudio de La relación entre elespacio simbólico urbano y los procesos de identidad social**. Revista de Psicología Social, Vol. 12, 17-30, 1997.

WARREW, S. (2006). **Public Space**. *Encyclopedia of American Urban History*. SAGE Publish.

WEISHOF, N. **Pocket park**: um olhar sobre o vazio esquecido. 2014. 147 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ZEISEL, J. **Inquiry by Design**. New York: W. W. Norton & Company, Inc, 2006.